

701. GENERAL. O. MENDES

A PALESTINA

E

O SIONISMO

I

TEXTOS ESCOLHIDOS

CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS.

CONJUNTO UNIVERSITÁRIO CÂNDIDO MENDES

Rua Visconde de Pirajá, 351 - 5º andar - GB - Brasil

ÍNDICE

PRIMEIRO VOLUME

A Guisa de esclarecimento	2
Introdução	3
História da Palestina	5
Unidade I - 1. <u>Pinsky, Jaime</u> : Sionismo: Ideólogos e Ideologia...	6
2. <u>Weinstock, Nathan</u> : Sentido e Origens do Sionismo.	15
3. <u>Rodinson, Maxine</u> : Israel, Um Fato Colonial.....	20
Unidade II- 1. <u>Weinstock, Nathan</u> : A Palestina quando do nascimen to do sionismo.....	25
2. <u>Weinstock, Nathan</u> : Os primórdios da implantação - sionista na Palestina.....	30
3. <u>Weinstock, Nathan</u> : A guerra mundial e a Declara - ção Balfour.....	35
Unidade III- 1. <u>Weinstock, Nathan</u> : O movimento nacional árabe na Palestina entre as duas guerras mundiais.....	41
2. <u>Weinstock, Nathan</u> : O Livro Branco de 1939 e a se - gunda guerra mundial.....	49

SEGUNDO VOLUME

Unidade IV- 1. <u>Trabulsi, Fawwaz</u> : A natureza dual do Sionismo....	57
2. <u>Cattan, Henry</u> : O êxodo dos refugiados palestinos.	65
3. <u>Corns, Georges</u> : A contribuição árabe da Palestina - à economia israelense.....	72
4. <u>Elsanann, Ali</u> : Porque não ao diálogo.....	78
Unidade V - 1. <u>Castro, Paulo</u> : Europeus judaizados.....	81
2. <u>Hadawi, Sani</u> : A pretensão "histórica" do Sionis - mo.....	83
Unidade VI- 1. <u>Trabulsi, Fawwaz</u> : A agressão de Suez.....	85
Unidade VII- 1. <u>Deutscher, Isaac</u> : A guerra entre árabes e judeus - de junho de 1967.....	87
2. <u>Trabulsi, Fawwaz</u> : A guerra dos seis dias.....	90
3. <u>Cattan, Henry</u> : A nova tragédia dos refugiados pa - lestinos.....	93
Unidade VIII- 1. <u>Rouleau, Eric</u> : Os judeus do Oriente Médio.....	96
2. <u>The Guardian</u> : Palestinos: Um drama de 25 anos....	101
3. <u>Cygielman, Victor</u> : A "integração" da Cisjordânia.	105
Unidade IX- 1. <u>Rouleau, Eric</u> : A gaivota e o naufrágio.....	108
Unidade X- 1. <u>Salen, Helena</u> : A resistência palestina.....	113
2. <u>Salen, Helena</u> : Os palestinos já admitem a paz....	115
3. <u>Arafat, Yassir</u> : Porque lutam os palestinos.....	116
Mapa 1.....	118
Mapa 2.....	119
Mapa 3.....	120
Bibliografia.....	121

À GUISA DE ESCLARECIMENTO

A seleção e a tradução dos textos desta coletânea estiveram a cargo de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti e Sergio Pechman, membros da equipe de pesquisa do Centro de Estudos Afro-Asiáticos -C.E.A.A. do Conjunto Universitário Cândido Mendes.

Os títulos consultados, assim como todos os demais indicados na bibliografia, fazem parte da biblioteca do C.E.A.A.

Se os pontos de vista expressos pelos discursos escolhidos são corroborados pelos dos organizadores desta coletânea, o mesmo não ocorre, em determinados momentos, com certos enfoques, de tom marcadamente panfletário e muitas vezes enganosos.

A imprecisão dos conceitos utilizados, oriunda da diversidade metodológica dos autores, é outro traço que caracteriza a quase totalidade dos textos reproduzidos nesta coletânea.

A perspicácia e o senso crítico do leitor devem impedir que estes desvios empanem a idéia última que desejamos veicular.

INTRODUÇÃO

" Se me fosse possível afogar no Mar Negro seis ou sete milhões de judeus, ficaria perfeitamente satisfeito com isso, mas tal não é possível. Neste caso devemos deixá-los viver ".

Era assim que Witte, o ministro das Finanças da Rússia, pensava solucionar o problema judeu, no final do século passado. A pequena burguesia judaica, que abrigava no seu seio o grosso da população judaica de então, encontrava-se ameaçada de aniquilamento físico, pelos pogroms que se repetiam monotonamente na paisagem do oriente europeu e de aniquilamento econômico, devido às medidas de exceção aos judeus tomadas pelo tzarismo.

Duas alternativas deparavam-se diante daqueles judeus que perseguiram a subversão desse estado de coisas: a adesão aos movimentos de libertação nacional em luta contra o jugo tzarista ou a emigração.

Enquanto que aqueles que permaneciam na Rússia tratavam de extirpar o mal do anti-semitismo pela raiz, os que debandavam para o exterior partiam em busca de novas paragens, onde pudessem encontrar o sossego indispensável para desenvolver suas atividades intermediárias.

Das tantas áreas do globo visadas pelas levas de emigrados, a Palestina será uma das eleitas. Mas se em todos os demais países os judeus imigrados não tinham outro propósito senão o de buscar refúgio entre as populações "nativas" com as quais iriam conviver, na Palestina, ao contrário, pretendem instalar um Estado judeu, de maioria judaica, numa região já secularmente habitada pelos árabes locais.

Mantidas alheias às maquinações efetuadas entre os líderes da Organização Sionista, a plutocracia judaica e o colonialismo em expansão no mundo afro-asiático, as populações palestinas irão suportar todo o ônus imposto pela tendência histórica do capitalismo em incorporar novas áreas à sua esfera de dominação e um dos subprodutos das suas leis de desenvolvimento, o anti-semitismo.

A ascensão de Hitler ao poder em 1933 iria animar o fluxo de imigração judaica para a Palestina. A cada judeu nela despejado correspondia a expropriação dos árabes palestinos de suas terras. Essa expropriação era um fenômeno subjacente à proposta sionista de montar empresas judaicas, comprando terras aos latifundiários árabes e se recusando a absorver a mão-de-obra aí anteriormente instalada.

Esta é a contradição insolúvel suscitada pelo sionismo: esta

belecer um Estado judeu às custas da inevitável marginalização das populações autóctones.

Quando o expediente da compra de terras esgotou as suas possibilidades de eficácia - já que até mesmo quando da Declaração de Independência de Israel, em 1947, os árabes constituíam a maioria da população e possuíam a maior parte das terras - o sionismo fez uso de novos métodos, no intuito de cumprir o seu objetivo último, de criação de um Estado majoritariamente judaico: a expulsão sumária dos palestinos dos seus territórios. Essa expulsão iria transformar-se na palavra de ordem sionista, sendo deflagrada com a guerra de 1948 e culminando com a guerra de 1967, quando Israel se apropriaria de áreas pertencentes aos países árabes vizinhos.

É dentro deste contexto que deve ser analisado o problema palestino. De vítimas da dominação turca até a 1ª guerra mundial, e dos feudais da região, este povo viu-se diante de um novo colonizador, à medida em que recrudesceiam as perseguições contra os judeus na Europa. Novo colonizador, que para se implantar recorreu à expropriação dos habitantes locais de suas condições de produção; o que desloca a luta pela descolonização para o solo mediador da luta nacional contra o sionismo.

A recusa terminante de Israel em reconhecer nos palestinos - uma entidade nacional e a se "dessionizar" fizeram da resistência palestina o repositório das esperanças pela emancipação desta região, o que a torna irreversível. As inúmeras tentativas levadas a cabo por Israel para suprimi-la fracassaram, como sempre fracassa qualquer intento de se liquidar um povo por decreto, mesmo que amparado pela força das armas. Os judeus sobreviventes dos fornos crematórios nazistas que o digam...

Junho de 1974

HISTÓRIA da PALESTINA (1)

1. DOMÍNIO JUDAICO (período bíblico)	1350 a.C.	- 586 a.C.
2. CONQUISTA BABILÔNICA.....	587 a.C.	- 538 a.C.
3. AUTONOMIA JUDAICA		
soberania babilônica.....	539 a.C.	- 333 a.C.
soberania grega (macedônica).....	333 a.C.	- 312 a.C.
dinastia dos ptolomeus.....	312 a.C.	- 249 a.C.
dinastia dos selêucidas.....	249 a.C.	- 168 a.C.
4. REVOLTA DOS MACABEUS	168 a.C.	- 143 a.C.
5. ESTADO JUDAICO DOS HASMONEUS	142 a.C.	- 63 a.C.
6. AUTONOMIA JUDAICA- soberania roma na.....	63 a.C.	- 6 d.C.
7. PROVÍNCIA ROMANA.....	6	- 395
8. PROVÍNCIA BIZANTINA	395	- 614
9. CONQUISTA PERSA.....	614	- 628
10. RECONQUISTA BIZANTINA	628	- 636
11. CONQUISTA ÁRABE (primeiros cali- fas).....	636	- 661
12. DINASTIAS MUÇULMANAS		
umayidas.....	661	- 750
abássidas.....	750	- 870
lutas entre tulúidas, hamdânidas e outras dinastias locais.....	870	- 969
fatíidas.....	969	- 1071
13. DOMÍNIO DOS TURCOS SELDJUCOS.....	1071	- 1096
14. DOMÍNIO CRISTÃO DOS CRUZADOS.....	1096	- 1291
em parte conquistados pelos muçul manos.....	1187	- 1291
15. DOMÍNIO DOS MAMELUCOS.....	1291	- 1516
16. DOMÍNIO DOS TURCOS OTOMANOS	1516	- 1918
17. MANDATO BRITÂNICO	1918	- 1948
18. ESTADO DE ISRAEL	1948	

(1)- in "Israel, origem de uma crise", Margulies Marcos, Difusão Euro-
péia do Livro, São Paulo, 1967.

I - DO MOVIMENTO SIONISTA

1. Sionismo: Ideólogos e Ideologia

Jaime Pinsky (1)

INTRODUÇÃO

Mesmo sem aceitar a afirmativa de Filão de Alexandria, segundo a qual "os judeus em cada país mal são ultrapassados pelos nativos", a verdade é que a população judaica era bastante expressiva, na Antiguidade. Cálculos que situam o número de judeus na casa de 5 a 7 milhões, no primeiro século da era cristã, são considerados bastante equilibrados; esse número representa um percentual bastante significativo no mundo clássico, talvez algo por volta de 8%.

Na Idade Média ocorre uma diminuição drástica dessa população.

A redução do comércio e das cidades fez com que grande parte da população judaica se deslocasse de suas principais atividades e passasse, juntamente com não-judeus, a buscar na agricultura o seu sustento.

Esta interiorização, não se faz sem sacrifício populacional: uma parcela da população judaica terá perdido a sua identidade, isolada e em contato com gentios e outra, empreende a ingrata faina de tentar ganhar a vida fora dos quadros da economia senhorial. Considerando as características do feudalismo, de produção voltada para o uso, essa atividade significa, concretamente, preencher funções de comerciantes, usurários e alguns setores do artesanato. A essa "marginalização" do processo produtivo vigente na Europa, corresponde um definhamento da população judaica que atingiu no século XV o seu limite mais baixo: cerca de 300 000 na Europa, numa população judaica mundial inferior a 1 milhão.

A economia mercantil que se desenvolve numa Europa em que o sistema feudal se esboroa, vai encontrar os judeus preparados. Marginalizados de um sistema, e de certa forma, por isso mesmo, sobrevivem como judeus.

Para tanto tinham alguns trunfos indiscutíveis, que incluem fáceis conexões internacionais devido à mútua confiança dos elementos do grupo etnocêntrico; experiência no lidar com o dinheiro, que as circunstâncias históricas (e não a raça ou religião) desenvolveram;

(1) IN "Debate Crítica", Número 2, Editora HUCITEC, S. Paulo, Janeiro - Junho de 1974

e mesmo um desvinculamento com relação ao solo, ponto referencial para o desenvolvimento de ideologias antijudaicas na Idade Média. O enriquecimento das populações judaicas nesse período vai se refletir de forma direta no crescimento vegetativo; de resto é um processo que ocorre na Europa como um todo. De qualquer forma, teremos no limiar do século XIX uma população mundial da casa de 2.500.000 pessoas.

1. QUADRO DEMOGRÁFICO

Se em 1800 vamos encontrar uma população judaica mundial de cerca de dois milhões e meio, em 1900 essa população vai atingir a cifra de 10.600.000, ou seja, pouco mais que o quádruplo da de 1800. Por outro lado, há um decréscimo percentual na população européia judia, que, em 1840 tinha 3.950.000 judeus ou 87,8% da população mundial e em 1900 tinha 8.800.000 ou 80% dessa população.

Desses dados surgem naturalmente duas questões: qual a razão do grande crescimento demográfico ocorrido no século XIX e por que, embora com um aumento significativo em termos absolutos, há um decréscimo relativo?

A primeira pergunta pode ser respondida dentro do panorama de crescimento demográfico geral da Europa. A segunda só pode ser compreendida a partir de uma explicação do processo emigratório que caracteriza o judaísmo europeu, notadamente após 1880, e que se acentua nos primeiros anos do século XX, conforme demonstra a tabela 1.

Tentaremos, no decorrer do trabalho, explicar também porque ocorre esse movimento migratório, mas, por enquanto gostaríamos de lançar os olhos para outro aspecto populacional relativo ao judaísmo europeu: a questão da população urbana e da população rural. Lá pelo fim do século XVIII, inícios do XIX, os judeus se concentraram em aldeias ou pequenas cidades.

No decorrer da segunda metade do século passado, a situação vai se invertendo, com a passagem de números cada vez mais significativos de judeus para as grandes comunidades. Veja-se, por exemplo, o percentual de judeus em cidades grandes.

<u>na Rússia</u>		<u>na Alemanha</u>	
1847	5%	1850	6%
1897	28,2%	1880	32%
1926	50,2%	1900	61,3%

Como se vê, a população judaica passa a ter características ur-

banas, no que se diferencia do grosso das populações "nativas". Esta particularidade vai marcar a vida judaica de forma bastante clara, como verificaremos. Na impossibilidade, porém, de estudar o fenômeno na Europa toda, os limites a que este trabalho deve obedecer, vão demarcar um enfoque especial sobre as cidades russas.

2. A RÚSSIA NO SÉCULO XX

Em 1861 entra em vigor na Rússia o Estatuto dos Camponeses Libertados da Escravidão que vai se tornar um marco importante na aceleração do processo de transformação da Rússia num país capitalista. Milhões de ex-servos vão para as cidades vender a sua força de trabalho, facilitando o desenvolvimento urbano e industrial, especialmente em algumas regiões.

Veja-se por exemplo o vertiginoso crescimento populacional de algumas cidades ucranianas

POPULAÇÃO DAS PRINCIPAIS CIDADES UCRANIANAS (em milhares)

<u>Cidades</u>	<u>1863</u>	<u>1897</u>	<u>1914</u>
Nikoláiev.....	64,3	92	103,5
Ekaterínoslaw.....	19,9	112,8	211,8
Khárkov	52	174	244,7
Kiev.....	68,4	247,7	520,5
Odessa.....	119	403,8	499,5

O processo de industrialização da Rússia está ligado a um desenvolvimento nas importações de máquinas e know-how e no consequente aumento das exportações de cereais para a busca do equilíbrio na balança do comércio internacional. Assim, verificamos um incremento na exportação de trigo, a despeito de sua desvalorização relativa.

EXPORTAÇÃO DE TRIGO RUSSO

<u>Anos</u>	<u>Em peso</u>	<u>Em valor(rublos)</u>
1876-1880	287 milhões de puds	291 milhões
1896-1900	444 milhões de puds	323 milhões

O aumento substantivo das exportações de cereais, ligado à queda dos preços do produto no mercado externo e associado a uma mudança paulatina nos padrões de vida e nas novas necessidades de consumo criadas pelo capitalismo crescente na Rússia, acabam traduzindo-se

num estado frequente de escassez que está frequente manipulado pelo czar, de forma ideológica

MIGRANTES JUDEUS DE ACÓRDO COM OS PAÍSES DE IMIGRAÇÃO 1840 - 1914

NÚMEROS ABSOLUTOS

Anos	EUA	Canadá	Argentina	Brasil	Af. do Sul	Palestina	O resto dos países	Total
1840-1880	200 000	1 600	2 000	500	4 000	10 000	3 000	221 000
1881-1900	675.000	10 500	25 000	1 000	23 000	25 000	5 000	754 500
1900-1914	1 346.400	95 300	87 614	8 750	21 377	30 000	13 000	602 441

3. OS JUDEUS PERANTE AS TRANSFORMAÇÕES

Comerciante e pequeno mercador, estas as ocupações básicas dos judeus no início do século XIX. Mas não mais o intermediário importante, senão o pequeno comerciante de aldeia, o taberneiro, o artesão produzindo em escala familiar. De acôrdo com as estatísticas oficiais, em 1818 era a seguinte a estrutura ocupacional dos judeus na Rússia :

	Número absoluto	Porcentagem da população judaica .
Comerciantes, mercadores e pequenos negociantes	586. 000	86,5%
Artesãos	79. 000	11,6%
Agricultores	12. 685	1,9%

Como dado complementar, considere-se que, dentre os artesãos, a parte mais expressiva (70%) era composta daqueles que trabalhavam na confecção de roupas, dado que terá influência futura.

Como já vimos, o judeu vivia, nesse período em pequenas cidades e aldeias mantendo aquilo que poderia ser chamado de vida comunitária própria. Com o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, o judeu é diretamente afetado: o comércio passa a ser uma etapa diretamente ligada à produção e não um momento econômico independente, do qual o judeu praticamente tinha o monopólio. A passagem para a economia capitalista, esvazia as funções do comerciante característico de um sistema que vai findando e solicita a presença do distribuidor ligado diretamente ao sistema de produção. Ao mesmo tempo o artesão vai concorrer com a indústria, luta inglória cuja vitória está antecipadamente marcada.

Neste momento é que se dá o grande êxodo urbano dos judeus : é o pequeno produtor, é o artesão, é o comerciante, todos perdendo sua função econômica e procurando uma nova ocupação dentro do sistema que os desalojara de suas antigas ocupações. O judeu parte para a cidade grande, a cidade industrializada. Às vezes, até mesmo para as cidades da Europa Ocidental, num processo paradoxal de judaizar comunidades que já estavam num processo assimilatório bastante intenso. Em Odessa, em Berdichev e noutras cidades, grande número de judeus começava a se concentrar. Os mais ricos eram apoiados e estimulados, aproveitando-se sua tradição até para o comércio internacional. A grande maioria porém, mantinha ou agravava seu estado de pauperização, quer permanecesse nas al-

deias e pequenas cidades ou se deslocasse para as grandes.

O operário judeu travava uma árdua luta por seu direito ao trabalho: saído do pequeno comércio ou do artesanato, concentra-se, de maneira nítida, como elemento ligado à produção de bens de consumo e não de bens de produção. Borochof - judeu russo que tentou a síntese entre o sionismo e o socialismo - mostra bem como os judeus, naquilo que êle chama de pirâmide invertida, vão aumentando de importância quanto mais se distanciam dos setores básicos. Assim, enquanto que na produção agrícola primária a mão-de-obra judaica representa 0,6% da mão-de-obra total da Zona Residencial Russa na produção industrial primária representa 7,7%, e na última etapa da indústria (vestimenta, tipografia etc.) passa a representar 45,5%.

A instabilidade do operariado ou do proprietário de manufaturas judeus torna-se decorrência do próprio desenvolvimento do capitalismo russo. O pequeno burguês, proprietário, não tem como lutar contra o grande capital geralmente não judeu e o operariado judeu, preferencialmente empregado em indústrias judias tem o seu local de trabalho permanentemente ameaçado, pelo próprio fato de se concentrar, preferencialmente, em pequenas indústrias, voltadas à produção de bens de consumo (indústria do chapéus, fumo, bebidas, biscoitos etc.)

O lumpem-proletariado judeu, as massas desempregadas vivendo de expediente, a identificação de judeu com elemento não produtivo são fantasmas que atormentam tanto aqueles que sofrem diretamente o problema, como os que são identificados a êles, enquanto judeus.

É o caso, tanto de judeus ricos, os chamados filantropos, como os barões de Rotchild, Hirsch etc., quanto de outros que conseguiram chegar a profissionais liberais, exercendo atividades não judaicas como médicos, jornalistas etc.

Nos últimos anos do século XIX, mais exatamente, a partir de 1880, surgem expressivos movimentos migratórios da Europa Oriental para outros países, mas, de maneira muito especial para os Estados Unidos, como já foi visto em tabela anterior. Ao mesmo tempo desenvolvem-se de forma intensa ideologias nacionais judaicas, importantes não apenas dentro daquele contexto histórico, mas, principalmente pelas suas repercussões no momento atual. Não pretendemos fazer aqui um estudo específico do problema, mas não podemos nos furtar de tentar in-

tegrar a ideologia nacional judaica dentro de um processo histórico - em que ela se desenvolveu.

Na realidade, os judeus habitando cidades russas desenvolvem - diferentes orientações dentro dos quadros que apresentamos: uma parte, como ocorrera na Alemanha em época equivalente (fins do século XVIII , início do XIX) assimila-se. Para tanto, não desenvolveram muitas teorias, apenas agiram de forma a desligar-se de sua identidade anterior. Outros, como veremos depois, lutam por um mundo socialista dentro do - qual o problema judaico deixaria de existir; para tais - referimo-nos - por exemplo ao Bund - o operariado judeu deveria, como classe, lutar - para que o processo revolucionário se desencadeasse mais depressa. O Bund também foi decorrência da presença de judeus nas cidades, fruto - mais elevado - em termos de organização - da consciência de classe do proletariado judeu.

Mas, pela sua importância em termos de significação para o momento atual, temos que destacar o nacionalismo judaico, corrente que , em termos políticos, acaba criando o sionismo; Pinsker é, de certa - forma, o primeiro ideólogo desta corrente.

4. AS TEORIAS NACIONAIS JUDAICAS

Leon Pinsker (1821-1891) era o que se costuma denominar de judeu emancipado, uma exceção na Rússia de então: facultade de direito - em Odessa, medicina em Moscou, médico famoso, outra vez em Odessa.

Achava que o judeu deveria se integrar, em termos culturais a uma Rússia liberal e ideal em que todos os cidadãos seriam iguais, num mundo em que todos os países seriam iguais.

Em 1871 ocorre um pogrom em Odessa e dez anos depois boa parte da Rússia é abalada por perseguições antijudaicas. Sob o impacto - imediato desses movimentos, Pinsker publica em 1882 seu panfleto Auto-Emancipação: um Apelo de um Judeu Russo a seu Povo.

Pinsker incorpora, desde logo, a noção de identidade nacional subjacente ao tipo de unidade política existente na Europa naquela época: trata-se do Estado Nacional Burguês, teoricamente voltado - aos interesses dos componentes de seus quadros, dando privilégios a estes e olhares picres aos demais (o retrato é obviamente falso, mas - por enquanto estamos apenas acompanhando o raciocínio do autor). Para Pinsker, o quadro é claro: elementos de uma nacionalidade tendem a se - unir contra o estrangeiro em sua terra. Em muitos casos o problema não

é grave porque se um estrangeiro não é bem tratado aqui, meu concidadão poderá não ser bem recebido na terra do outro. Por isso ao menos por temor ou equilíbrio de forças, manter-se certo respeito. No que se refere aos judeus, porém, isto não vai ocorrer:

Não sendo "nativo" em nenhuma parte seu caráter estrangeiro, por assim dizer, se agudiza. Para que estes estrangeiros (leia-se alguém como êle, Pinsker) tenham possibilidades de ser bem aceitos, é fundamental a "criação duma nacionalidade judia, dum povo sobre terra própria". Apesar de Pinsker falar sempre no plural, incluindo-se entre aqueles que devem buscar solução "numa terra própria" ele se trai em certas passagens do seu trabalho, como quando diz que a solução deve ser para os excedentes, que são para si mesmos e para os demais uma carga ou quando afirma que a solução de lar nacional não será para os judeus da Europa Ocidental e que "mesmo lá, onde os judeus não são tolerados de bom grado, os ricos podem ficar!".

A "posição real" de Pinsker vai ficando nítida a partir daí: sua tentativa de identificação com a "sociedade ampla" russa, esta - va sendo "sabetada" pelos judeus desenraizados, aqueles que saindo das aldeias e pequenas cidades para as metrópoles, acabaram em grande número numa posição de lumpen, de acôrdo com o processo que esclarecemos acima. Na perseguição a estes judeus em pogroms ou na raiva-surda do dia-dia, a situação tornava-se incômoda a todos os judeus, não apenas àqueles. Pinsker, embora exceção no seu tempo, "emancipado" que era, acabava sendo incluído pela "sociedade ampla" como judeu. Mistificando o problema - e de certa forma agindo a partir da mesma perspectiva utilizada pelas hordas que executavam os pogroms - Pinsker se ilude e dá a um problema de cunho socio-econômico uma resposta de orden nacional retirada de uma Europa burguesa e nacionalista, criando assim uma ideologia.

Hertzber diz que "a importância primordial de Pinsker não se coloca no nível prático mas intelectual. Auto-emancipação é o primeiro grande depoimento do tormento do judeu voltado para o seu próprio nacionalismo devido ao fato de ter sido rejeitado pelo mundo".

Esta "rejeição pelo mundo" parece ser uma característica comum tanto a Pinsker, como a Herzl, o chamado fundador do sionismo-político. Enquanto Pinsker é nevoado pelos pogroms na Rússia, e escrever Auto-Emancipação, Herzl é levado a terra suas posições após o -

"Affaire Dreyfus". Judeus os dois, ambos "emancipados", mas levados-pelo anti-semitismo a despertarem para um problema que já não mais - consideravam seu: o da nacionalidade judaica.

O fato de o sionismo ter sido "criado" por judeus emancipados - poderia dar a falsa impressão de que não foi encontrada uma "solução - extra-nacional" para os judeus. Isto não é verdade. A assimilação - judaica na Europa foi frequente, notadamente entre "emancipados" . O compositor Felix Mendhelsson(1809-1847) era neto do intelectual "i - lustrado" Moisés Mendhelsson(1729-1786), que teve também duas fi - lhas batizadas ; Marx foi convertido do judaísmo para o protestan - tismo, quando criança, por seu pai; as comunidades judaicas da Euro - pa Ocidental como um todo, ficaram profundamente abaladas com o - ritmo de casamentos mistos que ocorriam provocando a repulsa do ju - daísmo oriental e mesmo a criação de uma terminologia pejorativa - com relação aos "alemães".

Tanto Pinsker quanto Herzl, em suas obras, dão a entender que o anti-semitismo é algo que tende a acompanhar o judeu de forma per - manente de maneira que a alternativa é esse judeu se arrumar da me - lhor forma possível para defender-se; e a defesa, num caso e noutro, está ligada a uma conscientização em termos de nacionalidade. Isto é bastante compreensível: ao anti-semitismo , em si uma ideologia, na medida em que atribui ao judaísmo - como religião, cultura ou naciona - lidade - responsabilidade que teriam que ser buscadas de forma cien - tífica na história, corresponde ao nacionalismo judaico, de Pinsker - e Herzl, também uma ideologia.

2. Sentido e Origens do Sionismo

Nathan Weinstock (1)

(...) O nacionalismo judeu é, antes de mais nada, um nacionalismo reflexo, uma reação defensiva contra a burguesia ascendente que justifica seu antisemitismo pela exaltação do sentimento nacional. Observemos aliás que a tomada de consciência nacional judaica permanece circunscrita ao judaísmo leste-europeu. Os judeus da Ásia e do mundo árabe permanecem totalmente alheios, tendo o mesmo ocorrido com as comunidades judaicas autóctones da Europa Ocidental e América do Norte. A propagação do nacionalismo judeu segue fielmente a rota da emigração judaica - que é justamente uma consequência da crise do judaísmo da Europa Oriental - e coincide com a área de implantação do idish - idioma próprio dos judeus da Europa Oriental.

A mais perfeita cristalização do nacionalismo judeu é o Sionismo Político, doutrina que, partindo do postulado da incompatibilidade entre os judeus e as nações, preconiza a emigração maciça a um país subdesenvolvido para a fundação de um Estado Judeu.

Pode considerar-se Loise Hess, companheiro de juventude de Marx e Engels, o primeiro teórico do sionismo. (...) Em um de seus primeiros escritos - Die europaischen triarchie (1841) - ele defende a tese de que a emancipação do judeus requer sua assimilação. E, não será senão em 1860 que Hess redige "Roma e Jerusalém", profissão de fé sionista, que ele publica em 1862. Ao que parece a reviravolta do autor está intimamente relacionada às primeiras manifestações do anti-semitismo moderno na Alemanha. (...) Eis aqui uma passagem de "Roma e Jerusalém" que contem em germe toda a empresa sionista, desde a emigração dos judeus da Europa Oriental até o projeto do Fundo Nacional Judeu, passando pelas colonias coletivistas:

" A aquisição de um solo nacional comum e a fundação de comunidades judaicas agrícolas, industriais e comerciais, de acordo com os princípios do judaísmo, isto é, de acordo com os princípios socialistas, são as bases a partir das quais o judaísmo oriental poderá sair das lixeiras. Graças a elas se reanimará a chama do patriotismo judeu, e por sua força o judaísmo na sua totalidade rescussitará."

Porém o livro de Hess, lançado quando os judeus acabavam de obter na Alemanha a igualdade teórica de direitos, não encontrou senão ceticismo e incompreensão.

Tudo se alterará sob o efeito da onda de pogroms que se pro

paga como um rastro de pólvora na Rússia a partir de 1881. Os massacres se estendem à Polónia e a outros países.

No entanto, o principal ideólogo do movimento sionista virá da Europa Ocidental. É em 1896 que o jornalista e dramaturgo vienense Theodore Herzl (...) publica um panfleto intitulado "Der Judenstaat (O Estado dos Judeus)(...)

Sua tese é simples : O antisemitismo, forma de ódio racial, só pode ser eliminado pela reorganização dos judeus em um centro autónomo que seria o abrigo dos perseguidos, o Estado dos Judeus.(...)

Herzl não se pronuncia formalmente pela escolha da Palestina. Ele visualiza o retorno a Sion segundo o modelo das Companhias inglesas de Colonização, pela fundação de uma "Jewish Company".

Descrevendo o Estado a ser criado, ele se exalta: "Para a Europa nós constituiríamos um posto de defesa contra a Ásia, seríamos a vanguarda da civilização contra a barbarie".(...)

A etapa decisiva é vencida quando o primeiro congresso sionista reúne em Basileia 204 delegados vindos do mundo inteiro (29 de agosto de 1897). A partir de então o Sionismo não é mais uma difusa corrente com tonalidades religiosas e filantrópicas, mas um movimento de cunho político e nacional.

Segundo a definição adotada pela Assembléia , o objetivo sionista é o de " garantir ao povo judeu um lar na Palestina assegurado pelo direito público". Para alcançar este fim, o Congresso recomenda as seguintes medidas:

- 1- O encorajamento sistemático da colonização Palestina através do estabelecimento de agricultores, artesão e operários judeus.
- 2- A organização de todo o judaísmo em sociedades locais e federações gerais, na medida em que as leis do país onde forem fundadas o permitirem.
- 3- A Consolidação do sentimento judeu e da consciência nacional do povo judeu.
- 4- Medidas preparatórias para a obtenção do consentimento necessário para a realização do objetivo sionista.(...)

Herzl parte em busca de uma potência disposta a garantir o lar projetado, mas, apesar de suas inúmeras tentativas, ele não consegue obter a carta colonial que ambiciona... Ele solicita entrevistas ao Kaiser, ao sultão Abdoul Hamid II(a Palestina fazia parte do império otomano), à von Plehve, ministro czarista do Interior, famoso organizador de pogroms, a Witte, outro ministro czarista, antisemita ferrenho, ao Papa, a Vitor Emmanuél e a Chamberlain, secretário britânico das colónias. Nada consegue. As potências coloniais manifestam neste

momento apenas um medíocre interesse pelos planos sionistas.(...)

Sem desanimar, Herzl prossegue incansavelmente... Em 1901 é criado o Fundo Nacional Judeu. Trata-se de um Fundo Central de compra de terras e de colonização cujas aquisições seriam por ordem de inalienável do povo judeu.(...)

Em 1902 o Governo britânico propõe aos sionistas a região de El-Arish, na península do Sinai, como área de colonização. Após uma visita ao local os dirigentes sionistas rejeitam a proposta.(...) Em 1903 ocorre o pogrom de Kichinev que ultrapassa os precedentes em atrocidade. Sob o olhar complacente, senão cúmplice, do Governo, massacres, perseguições e torturas se sucedem. Face a urgência da situação o governo britânico, que começa a manifestar sério interesse por este movimento em busca de protetor, propõe a Herzl um território no Kênia (O projeto diz Uganda). A idéia é abandonada (...)

(...) O pai do Sionismo morre em 1904. O movimento perde assim um dirigente de importância num momento crítico. Após a morte de Herzl as dissensões internas e tendências contritórias, que já se haviam manifestado anteriormente, aprofundam-se e multiplicam-se.

Porém, se o movimento perde sua vitalidade, a colonização das terras continua, estimulada pela onda de imigrantes vindos da Europa Oriental, principalmente da Rússia...

O colorido socializante de seu ideal e de seu modo de colonização determinarão o futuro do movimento sionista. Em 1908, a Palestine Land Development Company, organismo articulado ao Fundo Nacional Judeu, é fundada.

(...) Resta apenas encontrar a famosa "carta". A Inglaterra se encarregará disto.

Definamos o Sionismo

Fundamentalmente este movimento é o produto da conjunção no século XIX da decomposição da estrutura feudal dos impérios czarista e austro-húngaro e da fase decadente do Capitalismo. O primeiro fenômeno solapa os fundamentos sócio-econômicos da vida judaica na Europa Oriental, o segundo bloqueia o processo de proletarização e de assimilação dos judeus. Esta combinação histórica específica foi o berço do nacionalismo judeu inexistente anteriormente.(...)

Neste sentido, o surgimento do sionismo é um subproduto do antisemitismo e seu desenvolvimento resulta em última instância da não ocorrência do socialismo. A ligação causal entre as perseguições raciais e os progressos do nacionalismo judeu é evidente: cada etapa da

emigração judaica à Palestina corresponde a uma intensificação do antissemitismo. Assim, as ondas de imigração que se iniciam em 1872 e em 1904 são produtos diretos dos pogroms. (...)

O Sionismo é sobretudo produto de sua época. Sofreu diretamente a influência do nacionalismo europeu do XIX e a solução que ele preconiza se situa no contexto da expansão colonial ocidental. (...) É a marginalização dos judeus da sociedade capitalista e o antissemitismo moderno que geram o sionismo, que é portanto "um produto da era imperialista". Mais precisamente, o movimento sionista traduz a crise da pequena burguesia judaica, expulsa das atividades econômicas e que não consegue se proletarizar no quadro da economia capitalista decadente. Podemos de passagem que a corrente nacionalista judaica permanece absolutamente estranha à comunidade judaica da Palestina, minoria que não formula nenhuma espécie de pretensão autonomista, nacional ou política, no século XIX.

(...) A essência da atitude sionista é incontestavelmente a convicção de que o antissemitismo é eterno e inevitável. Pinsker escreveu: "A judeofobia é uma psicose. Como psicose, ela é hereditária, a doença transmitida há dois mil anos, ela é incurável".(...)

Fazendo eco a seus perseguidores, o sionismo concebe sua própria existência numa sociedade não judaica como um 'problema', definindo-se implicitamente como elemento perturbador da harmonia social. Levando a alienação a seu limite extremo, ele adota o veredito do racista: o judeu deve desaparecer. Atitude sionista e raciocínio antissemita são simétricos. O ressurgimento do conceito de povo eleito, desvinculado de seu contexto arcaico de origem, não é senão o inverso dos mitos do judeu errante e do povo deicida.

Daí uma indiscutível coincidência de interesses que trai o biógrafo de Herzl na passagem que se segue: "A tentativa mais paradoxal de Herzl, que seus adversários, mesmo sionistas, lhe reprovam a margamente, foi sua viagem à Rússia, sua visita a M. de Plehvé, o ministro do Interior o "criador dos Comêros", homem que a opinião pública judaica considerava, com razão, responsável pelo pogrom de Kichinev, porém Herzl estava persuadido de que era possível o entendimento com seus piores adversários, desde que os interesses destes coincidissem com os seus". Aplicando esta norma, Herzl publica numerosos artigos nas colunas da Libre Parole, diário antissemita notório, com a permissão da redação do jornal. (...)

Além disso, a ideologia sionista permite a previsão de todas as características futuras da colonização da Palestina. O projeto de fundar um Estado Judeu numa Palestina árabe sob a proteção de uma

potência imperialista pronuncia a aliança dos dirigentes sionistas com a Grã Bretanha e a subordinação, espoliação ou deslocamento da população indígena.

No seio do movimento sionista se cristalizará rapidamente uma ala socializante que se esforça por integrar a utopia nacionalista sionista a uma perspectiva proletária. Esta corrente teve uma influência determinante nos rumos da colonização da Palestina. A ala operária sionista é representada pelo partido Poalé-Sion (Operários de Sião), do qual Ter Borokhov (1881-1917) foi o principal teórico.

Borokhov parte da constatação de que os judeus estão economicamente "suspenso no ar". Ora prossegue ele, a classe operária judaica tem a desvantagem da estrutura anormal do judaísmo. Concentrados nos últimos estágios da produção, os trabalhadores judeus são particularmente vulneráveis ao mínimo recessão econômica. Além do que, o desenvolvimento capitalista tende a eliminar as pequenas empresas da indústria de consumo e os operários judeus são alvos de uma concorrência nacional impiedosa. Nestas condições, por falta de uma "base estratégica" adequada, o proletariado judeu não pode lutar e as massas pequeno-burguesas não chegam a se proletarianizar. É necessário portanto "normalizar" a estrutura social judaica e visto sob este aspecto, o sionismo aparece como uma necessidade histórica. (...) Mas porque precisamente a Palestina? Borokhov não responde claramente a esta pergunta. (...)

Notemos, no entanto que Borokhov menciona em alguns escritos os felás da Palestina. Esta menção dos habitantes do país é excepcional na literatura sionista da época cuja característica é precisamente a de ignorar deliberadamente a existência dos autóctones. Há algumas exceções(...) Euber lembra até que ponto o homem de confiança de Herzl, Max Nordau, ficou transtornado com a descoberta de que a Palestina era povoada de árabes e de que os sionistas cometiam na realidade uma injustiça para com eles. Borokhov preconiza a solidariedade em relação aos felás. Curiosamente este feroz adversário da assimilação dos judeus supõe que os árabes palestinos conseguirão integrar-se à sociedade sionista. A absorção dos árabes na vida econômica e política judaica permitiria uma luta solidária contra os turcos, escreve ele em 1906.

(1) in "Le Sionisme contre Israel", François Maspero, Paris, 1969.

3. Israel, Um Fato Colonial ?

Maxine Rodinson(1)

(...) É inegável que as motivações das massas que fizeram o movimento sionista poucas relações tinham com as dos capitalistas britânicos de cujas aspirações imperialistas Joseph Chamberlain foi o teórico. Essas massas eram animadas por um profundo desagrado pelas condições de opressão que sofriam na Rússia czarista e na Europa Oriental em geral. A sua revolta (muito justificada) contra essas condições canalizou-se por diversas vias consoante os grupos e os indivíduos, em função das suas situações e das suas histórias particulares. A influência (desigual segundo os casos) das ideologias anteriores desempenhou um papel capital.

Perante a situação humilhante que lhes era imposta, alguns judeus assimilados optavam pela luta política, eventualmente revolucionária, nos países em que se sentiam cidadãos, lado a lado com os prosélitos da mesma tendência, no seio de um povo do qual queriam fazer parte. Outros eram impelidos para uma luta semelhante mas por intermédio de um reagrupamento entre judeus, como no caso dos Bundistas. Outros finalmente, repudiando todos os laços com o povo, o país e o estado em que se encontravam integrados, colocavam a sua esperança numa outra pátria, uma pátria puramente judaica. A localização dessa pátria era em si mesma indiferente para muitos. Em 1904, um judeu francês realizando um inquérito em Berditchev nota que os judeus locais não mostram interesse em saber se ele e os seus companheiros são sionistas. Perguntam antes de mais nada se não são delegados da I.C.A., a Jewish Colonization Association que estabelecia colônias agrícolas judaicas um pouco por toda a parte e particularmente na América.

Para aqueles que se sentiam ligados à religião ancestral, uma vez afastadas as objeções religiosas a uma realização dos desígnios divinos por vias puramente temporais, a localização da pátria judaica não devia suscitar quaisquer dúvidas.

(...) Muitos dos que se mantinham mais ou menos afastados da religião ancestral conservavam intacta a afeição por esse país, transmitida por uma tradição cultural tão persistente. A orientação nacionalista do movimento não podia deixar de favorecer um progresso ideológico, onde a única pátria historicamente comprovada dos judeus como judeus desempenhasse um papel central. Os próprios socialistas, marxistas ou tolstoianos, adotam com a maior naturalidade esta localização logo que aderem à orientação no sentido de um reagrupamento judaico numa nova pátria. Uma sociedade socialista puramente judaica tem de situar-se ali e que região poderia ser melhor escolhida para albergá-la que a

(1) In "Dossier do Conflito Israel-Árabe", Editorial Inova Ltda, Porto,

quele para onde toda a história judaica aponta?

As motivações da escolha não possuem em si mesmas qualquer orientação necessariamente colonialista ou imperialista. O elemento suscetível de relacionar essas aspirações de lojistas, artesãos e intelectuais judeus na Rússia e noutros países com a esfera conceitual do imperialismo, encontrava-se num pequeno pormenor aparentemente sem importância: a Palestina estava ocupada por outro povo. Seria interessante folhear jornais e livros para saber que idéias faziam as massas judaicas orientais das populações autóctones da Palestina. Deviam ser muito vagas e ter uma relação muito distante com a realidade. De resto, na fase das aspirações ideais cuja realização era projetada para um futuro longínquo, a "palestinofilia" dos judeus russos, como se lhe chamava, mantinha-se sem finalidades políticas nitidamente explícitas e, por conseguinte, ignorava o problema.

Somente alguns espíritos lúcidos (incluindo o teórico do "sionismo espiritual", Ahaá Haan a partir de 1891) chamam a atenção para o fato da Palestina não ser um território deserto e para os problemas postulados por este fato. Não encontraram qualquer eco. Indiferença bem compreensível e desculpável, mas que era portadora em potência de dramas futuros. Estava ligada à supremacia da Europa, que beneficiava até os seus proletários e as suas minorias oprimidas. Não há a menor dúvida, com efeito, de que se a pátria ancestral se encontrasse ocupada por uma das nações industrializadas, fortemente constituídas que dominavam então o mundo, bem instaladas há muito tempo num território onde tivessem elaborado uma poderosa consciência nacional, o problema de deslocar alemães, franceses ou ingleses, de inserir no meio de sua pátria um elemento novo, nacionalmente coerente, teria-se imposto no primeiro plano das consciências sionistas mais ignorantes e mais miseráveis.

Mas a supremacia européia tinha implantado, mesmo na consciência dos mais desfavorecidos entre os que dela partilhavam, a idéia de que, fora da Europa, todo e qualquer território era suscetível de ser ocupado por um elemento europeu. Tratava-se de se encontrar um território vazio, não forçosamente vazio pela ausência real de habitantes, mas por uma espécie de vazio cultural. O Império Otomano parecia pelo menos repleto de manchas culturalmente vazias.

(...) O mundo de então era dominado pelas grandes potências imperialistas européias. Qualquer ação visando uma transformação política tinha de obter, pelo menos, o seu acordo, e, o que seria muito melhor, o seu apoio. Era esse também um fato que devia impor-se a qualquer espírito realista. Herzl é muito explícito nesse ponto.

É nesse plano que entra em divergência com os sionistas anteriores, contra aquilo que se chamava às vezes o "hovevei-sionismo" (pretendia, sem objetivo político definido, regenerar o povo judeu através do estabelecimento de colônias agrícolas na Palestina) e implicitamente também contra o "sionismo espiritual" de A-had Haam, que pretendia apenas constituir na Palestina um "centro espiritual", ao redor do qual se poderia cristalizar a unidade ideal da nação judaica dispersa. As colônias agrícolas disseminadas pareciam a Herzl ineficazes. Baseiam-se "no falso princípio da infiltração sucessiva". Ora, "a infiltração tem sempre de acabar mal, porque, regularmente, chega o momento em que o governo, atendendo às populações que se sentem ameaçadas, detém o fluxo migratório de judeus. Por conseguinte, a imigração não se justifica se não tiver por base a nossa soberania garantida. A Sociedade dos Judeus negociará com os estados soberanos os territórios em questão e isso sob o protetorado das nações européias, se a coisa lhes agradar!"

E Herzl trata de pôr em evidência as vantagens que o novo Estado poderia trazer para aqueles que lho cedessem um território e para as nações que favorecessem essa cessão. No caso da Palestina ser o território eleito, eis as perspectivas que êle entrevê:

"Se Sua Majestade, o Sultão, nos desse a Palestina, poderíamos comprometer-nos a estabilizar completamente as finanças da Turquia. Para a Europa, constituiríamos ali um bastião contra a Ásia, seríamos a sentinela avançada da civilização contra a barbárie. Manteríamos, como Estado neutro, relações constantes com toda a Europa, que deveria garantir a nossa existência!"

Seria difícil colocar o sionismo com mais nitidez no quadro das políticas imperialistas européias. Foi justamente esse caminho que se seguiu a Organização Sionista, fundada por Herzl, em agosto de 1897.

(...) Era necessário, todos o compreendiam bem, desde o momento em que o objetivo era um Estado judeu e não colônias dispersas ou um centro puramente espiritual, o apoio das potências. Primeiramente, para que o convênio com o sultão otomano, então soberano da Palestina, gozasse de uma garantia internacional que o preservasse dos riscos de uma reviravolta, com as consequências catastróficas de que a chacina dos armênios podia dar uma idéia. E depois também, indiretamente, para fazer pressão sobre o sultão, se este se revelasse relutante, fôsse para permitir uma imigração livre, ou mais fundamentalmente, para conceder a desejada autonomia. Em qualquer eventualidade, a perspectiva encontrava-se enquadrada no assalto europeu ao Império Otomano, "o homem doente", cujo esquarteramento total só a rivalidade das potências retardava, nas

que se encontrava, entretanto, sujeito às intervenções, às pressões, às ameaças. Quadro imperialista, dos mais genuínos. Não menos inevitavelmente, essa busca do apoio indispensável das potências ditava a política sionista para com estas últimas; aproveitar a sua rivalidade, e exercer pressão sobre elas na medida em que o permitia a força eleitoral ou financeira conquistadas mesmo teoricamente para o sionismo, ou ainda, pelo contrário, especular com o seu anti-semitismo e com o seu desejo de se desembaraçarem dos judeus. Foi neste espírito que Herzl obtêve em 1903 um acôrdo de princípio do sinistro Plehve, ministro do interior - czarista, organizador de pogroms, iniciando uma traição política que a convergência do programa sionista com o dos anti-semitas, abertamente reconhecida por êle, tornava quase fatal.

Qualquer projeto revisionista tinha de seguir uma política desse gênero e o mesmo sucedeu com as diversas tendências nacionalistas do mundo muçulmano, muito particularmente com o nacionalismo egípcio e com o nacionalismo árabe nos seus primórdios. Mas o nacionalismo judeu sionista tinha a vantagem de poder contar com apoios mais ou menos poderosos, entre os cidadãos dos estados imperialistas, interessados em dispor na Europa Oriental de uma base de massas. Sobretudo a qualidade européia dos sionistas permitia-lhes apresentar o seu projeto como integrado nesse mesmo movimento de expansão européia, que cada potência desenvolvia por sua conta. Daí, as numerosas declarações sôbre o interêsse geral da Europa ou da civilização (era a mesma coisa) ou ainda sôbre o interêsse particular desta ou daquela potência em apoiar o sionismo. Era perfeitamente natural na atmosfera da época. Não nos compete pregar moral aplicando aos dirigentes e às massas sionistas de então, os critérios hoje tornados correntes. Mas não temos também o direito de negar a realidade da sua atitude, nem de negligenciar as consequências objetivas.

Nesta perspectiva foi apresentado o projeto sionista; nesta perspectiva se concretizou. A sua realização está ligada a um ato político britânico, a Declaração Balfour de 2 de novembro de 1917, que comunica a Lord Rothschild que "o govôrno de Sua Majestade considera benevolentemente o estabelecimento na Palestina de um lar nacional (a national home) para o povo judeu!"

Os grandes motivos da declaração foram o efeito de propaganda esperado sôbre os judeus nos Impérios Centrais e da Rússia e a esperança de colher benefícios na futura liquidação do Império Otomano. Os judeus da Alemanha (onde se situou a sede da Organização Sionista - até 1914) e da Áustria-Hungria tinham sido conquistados para o esforço de guerra em grande parte pelo fato de se tratar de combater a Rússia - czarista, perseguidora dos judeus. No território russo conquistado es-

alemães apresentavam-se como protetores dos judeus oprimidos, como libertadores do "jugo moscovita". A revolução russa reforçava as tendências derrotistas na Rússia. Atribuía-se aos judeus russos um papel importante no movimento revolucionário russo. Era fundamental dar-lhes motivos para apoiarem a causa aliada. Não é de forma alguma uma coincidência a Declaração Balfour surgir cinco dias antes da data fatídica de 7 de novembro (25 de outubro do calendário juliano) em que os bolchevistas se apoderaram do poder. Um dos objetivos da declaração era apoiar Kerensky. Pensava-se também na força dos judeus dos Estados Unidos, país que acabava de se juntar aos Aliados. Era necessário obter um esforço máximo, quando neles predominava a tendência para o pacifismo. Era necessário se antecipar aos sionistas alemães e austríacos que negociavam com os seus governos uma espécie de "Declaração Balfour".

(...) O notável estudo de Neville Mandel - "Turks, Arabs and Jewish Immigration into Palestine, 1882-1914" - baseado nas melhores fontes, demonstra, contrariamente à opinião dominante até hoje, que na Palestina a resistência árabe à colonização sionista principiou desde os inícios desta, bem antes da guerra de 1914-1918. Mas de princípio não assumiu caráter político. Os camponeses opuseram-se aos colonos sionistas na medida em que estes agrediam os seus interesses, mas depois resignaram-se, estabelecendo com eles um modus vivendi, que por vezes lhes era vantajoso. Nas cidades, se os grandes proprietários se congratularam com a subida dos preços dos terrenos e a massa se conservou indiferente, os comerciantes e todos os membros daquilo que chamamos "o terceiro estado", cada um na sua maior parte constituída por cristãos, tendo uma eventual competição econômica, protestaram. (...)

II - DO CARÁTER DA EMPRESA COLONIAL SIONISTA

1. A Palestina quando do nascimento do Sionismo (1)

O conteúdo concreto e a forma do sentimento de pertencimento à comunidade judaica em uma sociedade dada refletem as condições materiais da existência dos judeus. Nas sociedades pré-capitalistas, onde os judeus exercem uma função social específica, sua religião torna-se a expressão ideológica privilegiada. Assim que eles deixam de assumir este papel econômico particular, os judeus perdem rapidamente suas características culturais, religiosas e linguísticas, fundindo-se com a população circundante.

O caso dos judeus da Palestina, após a queda do Segundo Templo ilustra este processo. Contrariamente ao que dizem os propagandistas sionistas, a conquista de Jerusalém no ano 70 não teve como consequência o exílio do povo judeu. Como vimos anteriormente, a dispersão judaica precedera este acontecimento (...). Após a conquista romana, a população judaica constitui ainda a maioria dos habitantes na Judéia e Galiléia.

A revolta de Bar-Kokhba (132-135 JC) também não teve como consequência o desaparecimento do judaísmo palestino. Sabemos que a Galiléia permaneceu um centro de povoamento judeu até o século II de nossa era, assim como outras regiões da Palestina e Transjordânia, mas, fora da Galiléia, que não foi afetada pela revolta, a população judaica tende justamente a se concentrar nas cidades e não chega a 1/4 do total dos habitantes.

Na Galiléia, pelo contrário, a agricultura familiar continuou sendo a base econômica da vida judaica, sem que se deva por isso subestimar a importância do artesanato e sobretudo do comércio judaico. (...). O patriarcado judeu acumula importantes propriedades territoriais e freta navios para a exportação das mercadorias produzidas, principalmente o óleo.

As correntes assimilacionistas se reforçam. Os judeus falam grego. A língua usual da comunidade judaica nesta época é o aramaico que já há alguns séculos sucedera ao hebraico. Numericamente a comunidade judaica declina consideravelmente, enfraquecendo-se completamente após o século III.. Esta debilidade gradual do judaísmo palestino está vinculada à crise geral do Império Romano, que regride à economia natural. É no decorrer desta transição do Imperialismo antigo à feudalidade que ocorre na Palestina o processo de seleção através do qual os judeus tornam-se uma comunidade mercantil.

(1) WEINSTOCK, NATHAN. In "Le Sionisme contre Israel", François-Maspero, Paris, 1969.

Seu que tenha ocorrido ao longo deste período algum acontecimento militar que afetasse a comunidade judaica, apesar da região manter uma autonomia interna sob a autoridade da aristocracia dos Patriarcas, os judeus da Palestina, como os da Diáspora, desaparecem enquanto entidade étnica na intensa fusão de povos que caracteriza o final do mundo antigo. Apenas conserva os traços distintivos aqueles que se diferenciam da massa por sua função específica de intermediário comercial.

As revoltas do século IV em Sepphoris, Tiberíades e Lod são essencialmente revoltas de artesãos e industriais das cidades atingidas pelas restrições impostas pelo Édito de Constantino à posse de escravos cristãos ou nativos por judeus. Tendo alcançado este avançado estágio de assimilação, a comunidade judaica da Palestina - contrariamente aos judeus da Diáspora - não reage ao comunicado de um projeto de reconstrução do templo de Jerusalém. Como nas comunidades do exílio, a transformação do judaísmo palestino em povo-classe progride rapidamente. (...)

A população judaica da Palestina foi conseqüentemente absorvida pela fusão étnica contínua que ocorreu no Oriente Próximo. Pode-se portanto dizer que se os judeus se conservaram, isto se deu precisamente por causa da sua dispersão, e não apesar dela. Se não houvesse ocorrido a Diáspora antes da queda de Jerusalém, se os judeus houvessem permanecido na Palestina, não há nada que nos leve a crer que sua sorte teria sido diferente da de todas as nações antigas (...). Deste modo, os camponeses judeus da Galiléia que não se singularizam por uma função econômica específica se fundem com as populações vizinhas, de tal forma que, os árabes palestinos de hoje são provavelmente, por um lado, seus descendentes. Alguns historiadores acreditam que a propriedade coletiva das terras nas aldeias árabes palestinas remonta à antiguidade hebraica.

Assim também, quando se desintegra o modo de vida feudal, os judeus perdem sua função econômica específica. Durante a fase ascendente do Capitalismo os judeus são rapidamente assimilados pela população circundante, até que o declínio do sistema suscita um antissemitismo que bloqueia este processo. (...).

Toda vez que as bases da vida social judaica foram ameaçadas no passado, a precariedade de suas condições de existência se traduziu num surto de misticismo que compensava as misérias da vida real com a fuga para o imaginário. As tradições da religião judaica, e sobretudo as sobrevivências arcaicas, como o conceito do

" povo eleito", iriam favorecer no seio desta o surgimento do messianismo, corrente análoga aos movimentos milenaristas cristãos. O messianismo judeu, que se revestiu de múltiplas formas, recebe impulso favorável a cada período de perseguição (...)

(...) Em meados do século XVIII, sob o impulso do movimento pietista hassídico e dos discípulos do gaon de Vilna - duas escolas judaicas rivais- inúmeros seminários rabínicos são fundados na Palestina. Seu número aumenta e no século seguinte, algumas dezenas de milhares de judeus ortodoxos se estabelecem, "vivendo principalmente da chaluqah (escola) enviada por seus correligionários europeus", nas 4 cidades sagradas (Jerusalém, Hebron, Safed e Tiberíades) da Palestina. Um outro autor precisa que uma parte considerável dos judeus palestinos eram velhos - na sua maioria viúvos- e eruditos que se mantinham a custa de doações estrangeiras (...)

Entretanto, no decorrer dos séculos, houve alguns projetos para a reconstituição de um centro judeu na Palestina. O mais conhecido é o de Joseph Nassi, duque de Taxis, marrano português, a quem o sultão havia concedido direitos senhoriais sobre a cidade de Tiberíades - que estava em ruínas - e seus arredores. Ele esforçou-se por criar um centro manufatureiro textil e fez um apelo aos artesãos e operários judeus. Este projeto abortou, e parece abusivo ver nele uma tentativa de criação de um Estado judeu.

Mais tarde, durante a era vitoriana, uma verdadeira corrente pré-zionista desponta nos meios literários e protestantes ingleses. É verdade que neste intervalo, a fervente atualidade da questão do Oriente se impunha a todos. Isto explica porque o tema da Restauração de Sion, que apaixonava as almas românticas, como George Eliot, foi visto com entusiasmo pelos precavidos homens de Estado: eles pressentem que estes devaneios generosos estão em perfeita harmonia com os interesses coloniais da metrópole. Nós retomaremos este assunto.

Quando os primeiros imigrantes sionistas desembarcam na Terra Santa, a Palestina não existia enquanto entidade política distinta. O território que corresponde a esta denominação corresponde, a grosso modo, às províncias ocidentais da região, geralmente designada pelo nome de "Síria". Nenhuma fronteira a delimita com precisão. Com efeito, as fronteiras definitivas do país, que abrangem 27.000 km², foram fixadas por uma série de acordos e tratados que se sucederam de 1906 a 1922. A imprecisão do termo "Palestina" no século XIX transparece no vocabulário dos primeiros sionistas que utilizam indiferentemente as expressões "Síria" ou "Palestina". (...)

Até 1914 a Palestina permanece um obscuro recanto do Império Otomano, país subdesenvolvido e pouco populoso cuja economia está baseada numa agricultura bastante primitiva. O comércio tem um caráter puramente local e a indústria praticamente inexistente. Nesta economia quase natural, as trocas comerciais são a tal ponto insignificantes que não há estrada alguma digna deste nome. (...)

Até meados do século XIX o regime permaneceu feudal. A partir de 1870 o país, pouco a pouco, sai de sua estagnação. (...)

O número de habitantes é estimado em 300.000, no início do último quartel do século XIX e, ultrapassa sensivelmente o meio milhão em 1914. A pequena comunidade judaica palestina, que alcança 10.000 almas em 1855 após a chegada dos primeiros grupos de numerosos peregrinos e rabinos no início do século, duplica no decorrer de uma geração. Ela cresce intensamente a partir de 1880, passando de 20.000 habitantes a 50.000 em 1895. (...)

O fator de união desta comunidade judaica - afastando-se os laços religiosos - reside na dependência da maioria de seus membros de Organizações de Beneficência, alimentadas pela generosidade de seus correligionários estrangeiros. (...)

Durante todo o século XIX se desenrola a "questão do Oriente" fórmula que designa pudicamente a investida do Ocidente sobre o "homem doente" otomano. O desmembramento progressivo (...) é acompanhado por múltiplas intervenções sob o pretexto de proteção dos lugares santos e minorias religiosas. Os russos obtêm a salvaguarda dos

santuários e defendiam a causa da Igreja Ortodoxa. A Inglaterra estabelece um Consulado em Jerusalém e zela, juntamente com a Prússia, pelos interesses protestantes; a França desembarca no Líbano em 1840 para salvar os cristãos maronitas dos drusos. Ocorrendo qualquer imprevisto, Londres estende sua asa protetora às minorias judias; o caso Damasco (1840) demonstrara que sua sorte poderia também constituir, na ocasião, um excelente pretexto para intervenção. (...)

A penetração capitalista na Palestina se dá em tres fases. Inicialmente pela instalação de Igrejas cristãs que realizam importantes aquisições imobiliárias e investem capitais apreciáveis. (...). A segunda etapa é caracterizada pela chegada de colonos alemães (1867 - 1868). A imigração judaica inaugura o terceiro período da colonização. A fundação de Petakh-Tikva em 1878 marca seu início. (...)

Enquanto isso, a economia otomana é gradativamente absorvida pelo capitalismo internacional. A força do aparelho de estado turco, reduzido a seu papel real, o de uma máquina política para a exploração da economia camponesa com objetivos capitalistas, é utilizado pelo imperialismo para a realização da acumulação por coação, (...)

A economia capitalista solapa as bases do sistema feudal... (...). A integração da Palestina ao mercado mundial engendra as consequências habituais: a destruição da economia aldeã e seu equilíbrio tradicional, provocando o excesso de população nos campos devido à estagnação de uma produção agrícola muito pouco elástica. (...)

Em meados do século XIX, a característica marcante da agricultura palestina é a existência de grandes domínios. Sua origem remonta a épocas longínguas. Granott assinala a sobrevivência de vestígios do sistema romano do colonato. (...)

Constante da paisagem rural palestina, a predominância de grandes domínios é acentuada pelas tendências estatizantes do regime otomano do século passado, singularmente após a conquista de Maomé Ali. O Código de propriedade fundiária otomano, promulgado em 1858, culmina com o confisco maciço das terras pretensamente incultas, processo que favorece a concentração territorial. Ele fornece o quadro legal para uma espoliação gigantesca. O governo despoja, em particular, os beduínos nômades de suas terras.

O Código tem por objetivo a dissolução da propriedade coletiva e tribal em benefício da propriedade individual. (...)

2. Os Primeiros da Implantação Sionista na Palestina

Nathan Weinstock (1)

A idéia de fundar colônias agrícolas judaicas na Palestina amadureceu em numerosos espíritos antes de ser posta em prática. É fácil perceber que a humilhante dependência, por parte da comunidade judaica da Palestina, da assistência exterior aparecia aos olhos de seus benfeitores como uma situação malsã. Sir Moses Montefiore, que empreendeu durante sua vida numerosas viagens à Terra Santa, adquiriu em 1855 um terreno que ele destinou à colonização. Em 1870 o representante da Aliança Israelita Universal fundou uma escola agrícola não longe de Jaffa, Hikvé Israel. Finalmente, judeus devotos de Jerusalém compraram, em 1878, terras próximas a Umkbes, a futura Potakh-Tikva. Seria necessário entretanto esperar o ano de 1882 para que as primeiras colônias agrícolas fossem implantadas.

Os pioneiros da primeira onça de colonização judaica são naturais da Romênia e da Rússia. Eles contavam com o apoio material e moral dos círculos do Hovévé-Sion (Avantes de Sion), que se organizavam na Europa Oriental e havia fundado uma 'Sociedade para a ajuda aos agricultores e artesãos judeus da Palestina e Síria'. Entusiastas, cheios de boa vontade, eles infelizmente ignoravam as mais simples noções de agricultura. Estes sobreviventes dos pogroms não duvidavam das dificuldades que os aguardava. As condições climáticas e geográficas eram penosas, as autoridades hostis e os novos imigrantes deviam ainda se defender dos assaltantes. As colônias dividavam-se.

Empreendida em semelhantes condições, a implantação sionista se transforma rapidamente numa catástrofe. Já em 1882, o primeiro ano de imigração, os colonos foram obrigados a solicitar ao correio ao estrangeiro. Este apelo seria ouvido pelo barão Edmond de Rothschild que consentiu em colocar a maioria dos colonos sob sua tutela, a partir de 1882/1883.

A proteção do benfeitor não tardaria a se tornar tirânica.

Não há nada de surpreendente no fato de que os colonos não pudessem subsistir por seus próprios meios. O orçamento de instalação de uma família requeria milhares de francos-ouro. S. Silansky conta que Rothschild importou várias centenas de operários negros do Egito para os trabalhos de drenagem dos pântanos da Hedera. Rapidamente o barão descobriu que a empresa era singularmente custosa.

(1) - in "Le Sionisme contre Israël", François Laspéro, Paris, 1969.

A fase "patriarcal" de Rothschild durou até 1899. E, ainda neste momento as colônias não eram capazes de levar uma vida independente. Diversos ensinamentos decorrem deste período infantil do Sionismo. O principal é, sem dúvida, que a colonização de um país pobre, por imigrantes vindos da Europa, é irrealizável sem um maciço apoio externo.

O controle das colônias pelo barão gerou não apenas conflitos violentos com a administração como também, com a introdução da subvenção permanente, uma corrupção generalizada. Os idealistas de ontem se emburguesavam, enviando seus filhos para serem educados na França, e sobretudo se tornavam proprietários de plantações. A mão de obra árabe era a tal ponto barata que seria estúpido trabalhar a terra com as próprias mãos. (.....)

O "período" Rothschild terminou em 1900, quando o barão transferiu o patrocínio das colônias para a Jewish Colonization Association (JCA) do barão Maurice Hirsch. A JCA tinha como objetivo "a sustentação da emigração judaica da Europa, da Ásia e de outras partes do mundo, a criação de colônias agrícolas na América do Norte e do Sul; a obtenção de concessões de autonomia para estas colônias"; o barão Hirsch legou sua fortuna - (250 milhões de francos ouro) - à associação que ele havia fundado. (...) Graças à ajuda de Rothschild a colonização sionista adquirira sólidas bases. (...)

De 1900 a 1914, a colonização sionista prosseguiu de três maneiras: i. plantação de novas colônias agrícolas orientadas para a produção de cereais, financiada pela JCA; são dados os primeiros passos para uma colonização planejada, organizada pela própria Organização Sionista; desenvolvimento de laranjais por capitalistas judeus privados. (...)

Objetivando o lucro, os agricultores judeus promoveram, muito logicamente, a exploração sistemática da mão de obra agrícola local. Fato que se agrava visto que a JCA tendo atribuído a cada fazenda grandes parcelas de terra, havia negligenciado o fornecimento de instrumental moderno aos camponeses. Em outros termos, assistimos a um processo que periodicamente se repetirá na Palestina: o voluntarismo sionista se curva diante das realidades socio-econômicas e políticas. Os imigrantes judeus que desembarcaram na Terra Santa em 1904 perceberam que as colônias judaicas não eram apenas de nome, na realidade para algumas dezenas de judeus, havia centenas de árabes. (...)

Conforme o mecanismo colonial clássico, as terras judaicas

são cultivadas pela classe de camponeses árabes, desprovidos de terra, que aumentou consideravelmente em consequência das aquisições territoriais sionistas. (...)

(...) Os colonos sionistas entrarão em conflito com os imigrantes judeus à procura de emprego. (...)

Ora, em 1904 inicia-se a segunda onda de imigração sionista que se intensifica após o fracasso da Revolução Russa, que leva numerosos judeus ao Sionismo. (...) Os jovens pioneiros sionistas, profundamente influenciados pelo populismo russo e pelo tolstoniano sionista Aaron David Gordon, pregam o retorno à Terra Santa.

Estes imigrantes pertencem essencialmente à juventude judaica de origem pequeno burguesa, obrigada a abandonar a Europa Oriental por falta de mercado de trabalho em seus países de origem. A classe operária judaica da Palestina apresenta, ainda em 1927, a particularidade extraordinária de ser composta, na razão de 44%, de operários que estudaram em universidades, escolas secundárias ou institutos técnicos, taxa que chega a atingir 57% entre os trabalhadores agrícolas. (...).

As idéias dos imigrantes não podem triunfar sem luta. Assim em 1906, em Petakh-Tikva, os colonos proclamam um boicote geral dos trabalhadores judeus, após uma série de debates políticos, surgidos de suas correntes sionistas divergentes: a ótica do "colonialismo puro" - a dos colonos, e a via da "conquista do trabalho" - ideologia dos trabalhadores judeus. Finalmente, a ala esquerda do sionismo vencerá e a "colonização operária" será a orientação dominante da colonização sionista, isto graças aos fundos sionistas, que tinham como uma de suas principais funções o suprimento da diferença entre salários judeus e árabes. (...)

Quando a imigração sionista organizada começou a afluir à Palestina no início deste século, não foi mais possível ignorar-se o facto surpreendente de que o país já era povoado. Como toda sociedade colonizadora, os colonos sionistas se viram obrigados a definir uma política determinada em relação à população indígena. Neste ponto chegamos ao aspecto específico do sionismo, que o distingue de todas as outras colonizações de nossa época. Os colonos europeus de outras colônias procuraram explorar as riquezas do país (entre elas o potencial de trabalho indígena) e transformaram invariavelmente a população existente em uma classe proletária da nova sociedade capitalista. Porém o sionismo não desejava simplesmente os recursos da Palestina (.) a região deveria servir à criação de um novo Estado Nacional. Esta

nova nação estava destinada a ter suas próprias classes sociais entre elas a operária. Conseqüentemente os árabes não estavam destinados a serem explorados mas a serem substituídos na sua totalidade.

A colonização Rothschild entrara em conflito com os árabes da Palestina acerca de uma única questão : a posse das terras. O barão adquiria a terra dos effendis feudais (...) e expulsava os felás das terras. Os felás expropriados eram empregados em seguida como operários agrícolas nas colônias do barão, conforme o processo colonial habitual. Porém a colonização sionista lançou o slogan "trabalho judeu" desejando criar uma classe operária judaica, parte de uma nova nação; ela preconizava a transferência das pessoas das classes médias para o trabalho manual e insistia para que os empregadores judeus não contratassem senão trabalhadores judeus. Por causa disto, os sionistas entraram em conflito não apenas com os camponeses árabes expropriados, mas também com os interesses dos colonos do barão que preferiam contratar mão de obra árabe, mais barata. Esta questão ocupa o primeiro plano da luta interna da comunidade de imigrantes, durante as tres primeiras décadas do século. (...)

O principal instrumento da colonização agrícola foi criado por decisão do 5º Congresso Sionista (dezembro de 1901): o Kéren Kayénet Léisrael (Fundo Nacional Judeu) KKL. (...)

Da conjunção da revolta dos novos imigrantes judeus contra a política dos proprietários das plantações e do regime fundiário particular instalado pela KKL em favor dos agricultores sionistas nasce a colonização operária. (...).

Enquanto isso, a partir de 1901, se desenvolve na Europa os primeiros núcleos do partido Poalé-Sion, fundado na Áustria-Hungria em 1903. Seu congresso constitutivo ocorreu em 1906, e ele adere à Internacional socialista no Congresso Stuttgart (1907). O Poalé-Sion é um partido mundial sionista-socialista. Em 1905 um outro partido socialista-sionista aparece na Palestina, o Hapoel-Hatzair (o jovem Operário), que não apresenta propriamente um programa mas reflete as aspirações dos jovens imigrantes sionistas à procura de trabalho. Da fusão destas duas organizações nascerá mais tarde a social-democracia sionista. Notemos de passagem as características coloniais deste partido que agrupa exclusivamente trabalhadores judeus na Palestina para a proteção de seus interesses corporativos. (...)

(...) As primeiras colônias operárias são fundadas. Em 1908 aparecem as primeiras vilas cooperativas (nochavim, sing. nochav) Dois anos mais tarde, após uma fase preparatória, surgiu o de operá -

rios judeus funda o primeiro kibutz , Degania. (...).

Estas duas formas de colonização coletivistas - o mochav e o kibutz , este integralmente coletivista - ganharam um impulso extraordinário após a primeira guerra mundial. Mas durante o período que nos ocupa elas conservam ainda um caráter experimental.

Em 1914 cerca de 40 colonias judaicas já haviam sido fundadas na Palestina : as terras judaicas representam mais de 40.000 ha. dos quais apenas 5,9% pertencem a KKL. O que quer dizer que a colonização judaica preservou, no essencial, o caráter de uma apropriação privada. A população judaica é estimada em 85.000 almas, sendo que havia 12.000 colonos para uma população total que devia ultrapassar o meio milhão de habitantes. Existem neste momento cerca de 5.000 assalariados árabes em terras judaicas. Porém a população judaica é um resíduo : segundo Berl Katzenelson 90% dos imigrantes judeus chegados na segunda leva abandonaram o país, não podendo suportar as difíceis condições de vida.

3. A Guerra Mundial e a Declaração Balfour

Nathan Weinstock (1)

A partir de 1854 os lugares santos tornaram-se objeto de discussões internacionais no quadro da famosa Questão do Oriente. A abertura do Suez em 1869, a instalação dos britânicos no Egito ampliaram singularmente o interesse europeu pelo Oriente Próximo. (...)

Os investimentos europeus no Império Otomano eram com efeito de grande porte. A Inglaterra, França e Alemanha possuíam grandes quantias investidas. A rivalidade dominante era a que opunha a Grã Bretanha à Alemanha. (...)

Londres conseguira obter o controle do Canal do Suez em 1876, graças a Lionel de Rothschild, e seis anos mais tarde os britânicos ocuparam as instalações do Canal.

Finalmente, a competição entre alemães e anglo-franceses nesta região do mundo gerou a constituição e o reconhecimento recíproco de zonas de influência que anunciaram o desmembramento de fato do império otomano após a primeira Guerra Mundial. (...)

Situada nas proximidades do Canal de Suez e da linha ferroviária de Hedjaz, a Palestina se encontra no coração da região cobijada. Assinalemos a este respeito a fundação da Deutsche Palestine Bank em 1889. Outras instituições bancárias europeias (Anglo Palestine Bank, Crédit Lyonnais, ...) logo reluzirão na Terra Santa. (...)

A descoberta de jazidas de petróleo iria acentuar as rivalidades entre as potências. (...)

Esta luta ferrenha entre as potências ocidentais no Oriente Médio contribui por um lado, como é sabido, para a eclosão das hostilidades em 1914, tendo a guerra mundial em suma transposto para o terreno militar as rivalidades anteriores.

O principal objetivo britânico consistia em solapar o nacionalismo árabe para ocupar seu lugar. (...)

Para a realização deste objetivo os emissários ingleses contavam com os chefes árabes, mais inquietos com o conteúdo político da revolução democrático-burguesa "Jovem Turca" do que com a opressão otomana. Assim nasce em junho de 1916 a "revolta árabe" dos feudais na nobreza por uma plêiade de agentes britânicos, entre os quais o famoso capitão Lawrence. (...)

É neste contexto que se situa a correspondência mantida entre o Alto comissário inglês do Cairo e o xerife Hussein, pai de Faizal e Abdallah. Dela resulta um acordo: a revolta árabe se faria com o

(1) in "Le Sionisme contre Israel", François Maspero, Paris, 1969.

auxílio dos britânicos que se comprometiam a favorecer a constituição de um grande Reino Árabe. A Faïçal, expulso da Síria pelo desembarque francês de 1920, os ingleses oferecem como compensação o trono iraquiano, instalando ao mesmo tempo seu irmão no governo da Transjordânia. A Grã-Bretanha apresenta algumas reservas quanto a sorte da região síria a oeste dos distritos de Homs, Hama e Alep de população majoritariamente cristã. Estes distritos a oeste da Síria não compreendem evidentemente a Palestina (que se situa ao sul) apesar de todos os artifícios britânicos que tentavam demonstrar o contrário.(...)

O que comumente se chama "acordos Sykes-Picot" é na realidade um protocolo conciliador dos interesses franceses e britânicos no Oriente Próximo, concluído após uma consulta a Sazonov, ministro das Relações Exteriores do Tzar (1916). Porém a partilha territorial instituída por esta convenção - que, diga-se de passagem, anula as promessas feitas por Mac Mahon aos árabes - assemelha-se curiosamente aos acordos relativos às zonas de influência no Oriente Médio respeitadas mutuamente pelas duas potências.

O que concerne a região palestina, foi resolvido que ela deveria passar, em sua maior parte, para a administração internacional, ficando reservado à Grã-Bretanha o controle do porto de Haifa.

Interesse suscitado pela comunidade judaica palestina nos meios dirigentes britânicos

Já em 1839, Palmerston havia dado instruções ao vice-consul Britânico em Jerusalém acerca da proteção aos judeus. A "restauração de Israel" parece ter igualmente preocupado a Rússia e a Inglaterra quando da criação do bispado protestante em Jerusalém, e, é sem dúvida, animado por motivos semelhantes que o consul britânico de Beirute - Cel. Churchill, submeteu em 1841 ao Jewish Board of Deputies um plano de reinstalação dos judeus na Palestina. Porém, a burguesia ocidental judaica recusa categoricamente tais projetos. (..)

É neste contexto que a Organização Sionista desenvolve suas atividades, e, após diversas tentativas para atrair o interesse das potências centrais por estes projetos, ela adota, a partir de 1900 uma orientação nitidamente pró-britânica, que se concretiza com os projetos de El Arish e da "Uganda" em 1905. É a partir das negociações a respeito de Uganda que se institui, entre a Grã-Bretanha e a Organização Sionista, relações que 14 anos mais tarde possibilitarão a declaração Balfour.

No entanto, entre 1905 e 1914, os laços entre os dirigen-

tes sionistas e a Grã Bretanha se afrouxam.

A guerra mundial e a queda do império otomano ressaltam a atualidade destes devaneios romantico-imperialistas. As necessidades do momento inspirarão à Grã Bretanha a célebre "Declaração Balfour" de 2 de novembro de 1917.

Esta tomada de posição britânica nada tem de espontâneo: ela constitui a conclusão de numerosas negociações entre os líderes sionistas e os meios dirigentes britânicos. O movimento sionista, cujos adeptos provinham dos dois campos beligerantes, havia optado por uma posição de neutralidade. Em março de 1916, o Conselho Geral do movimento reafirma esta posição. (...) Weizman e seus amigos não tardarão a opor-se a ela. Porém, na ocasião, o principal obstáculo foi a atitude hostil da alta curia judaica inglesa (...). As intervenções dos dirigentes da comunidade judaica contribuem para que o Governo britânico adote uma atitude mais prudente. Que não se imagine que Weizman e seus amigos estivessem ingenuamente iludidos quanto ao alcance da aliança britânica que eles solicitam. "O que nós desejávamos" declarou posteriormente o dirigente sionista "era um protetorado britânico". E acrescenta "uma Palestina judaica seria uma proteção para a Inglaterra, particularmente no que diz respeito ao Canal do Suez". Outro mito a ser destruído é o dos motivos sentimentais que teria levado o Gabinete britânico a este negócio. Esta alegação parece bastante infundada pois o próprio Balfour deu a medida e a ta de seu filosemitismo ao organizar uma campanha para a aprovação do Aliens Act que proibia aos judeus russos perseguidos o acesso ao território britânico (1905). (...)

Mas se o governo inglês aproveita a chance de assegurar o controle da Palestina que lhe é oferecida, ele trata, cuidadosamente, de dar à declaração de uma fórmula diferente da sugerida pelos sionistas. Enquanto que o projeto de declaração dos dirigentes sionistas tratava do "reconhecimento da Palestina como o Lar Nacional do povo judeu" a declaração definitiva menciona "o estabelecimento de um lar nacional para o povo judeu na Palestina". A referência às modalidades de estabelecimento deste lar desaparece no documento Balfour. Em contrapartida, encontra-se nele uma alusão à salvaguarda dos direitos das populações não judaicas. (...)

Ao longo dos anos seguintes, esta declaração será objeto de numerosas interpretações, conforme a necessidades da causa em questão.

Quais os objetivos que os britânicos esperam alcançar atra-

vés desta declaração? (...) Um Protetorado Britânico no Levante asseguraria à Grã Bretanha o controle da região que se situa entre o Mediterrâneo e o Golfo Pérsico. Constituiria, além disso, um ponto de apoio eventual para a defesa do Canal do Suez, e um contrapeso ao nacionalismo árabe.

Um segundo objetivo consiste em atrair para a causa dos Aliados os judeus americanos pouco inclinados a se entusiasmarem por uma guerra que os teria aliado ao tzar.

Terceiro alvo: ganhar para o campo da Entente os judeus das potências centrais, pois na Europa Oriental a propaganda alemã utilizava-se habilmente do argumento de que o exército do Kaizer libertava a população judaica do jugo czarista. A urgência destas tentativas se impunha - as autoridades alemãs haviam concedido numerosas facilidades à agência Sionista de Constantinopla e haviam intervindo ativamente na Palestina para ajudar à comunidade judaica. (...)

Enquanto instrumento de propaganda a declaração visa essencialmente os judeus russos e americanos, e o governo lhe concede tal importância que o Forcing Office cria uma seção judaica em novembro de 1917 com o objetivo único de facilitar a propaganda sionista em seu favor.

(...) Joseph Trumpador, que fora um dos raros oficiais do exército czarista, e Vladimir Jabotinsky organizam o Corpo dos Muleiros de Sião que fará parte das forças expedicionárias britânicas no Dardanelos, recrutando judeus palestinos no Egito. Futuro dirigente da extrema direita sionista, Jabotinsky conduz também uma campanha nos EUA para a formação de uma "Legião Judaica" destinada a combater com os britânicos. (...)

A criação da "Legião Judaica" com o objetivo confesso de ocupar a Palestina após a conquista inglesa constituía no espírito de seus fundadores a base militar do futuro Estado Judeu.

Em 1918 novas promessas de independência são feitas aos árabes: Declaração Britânica aos Sete (junho de 1918) e proclamação conjunta anglo-francesa a 7 de novembro de 1918 - destinada a ser uma peça na propaganda do presidente americano Wilson, baseada no direito de autodeterminação das nações. Mas, enquanto isso, o sonho de unificar em uma entidade a nação árabe fracassara. Os nacionalistas árabes se vêem traídos pelos britânicos e por seus próprios chefes feudais. Em lugar da independência da nação árabe, eles assiste à balcanização do Oriente Médio, fracionado em estados conforme os projetos dos acordos Sykes-Picot. A Conferência dos Vencedores em São Remo (1920) confirma os termos da Declaração Balfour. O Mandato britânico é ratificado pela Sociedade das Nações em 1922. (...)

Aos olhos da Grã Bretanha o nacionalismo árabe constitui um trunfo tão valioso quanto o sionismo. Ela multiplica compromissos contraditórios com a finalidade de se instalar na região e, quem sabe, já objetivando recorrer posteriormente a uma política de barganha. (...)

Entretanto após ter tomado conhecimento da Declaração Balfour, os dirigentes árabes pressentem intriga, tanto mais que os bolcheviques se apressaram em tornar públicos os acordos secretos concluídos pela Entente. Convém tranquilizá-los. É neste contexto que se situa a mensagem enviada pelo comandante Hogarth a Hussein em janeiro de 1918. Pela, o governo de Sua Majestade assegura ao xerife de Mecca que seu desejo de aceder às aspirações judaicas de retorno à Palestina está condicionado à liberdade econômica e política da população existente, afirmação que transcende a Declaração Balfour, onde se mencionavam apenas os direitos civis e religiosos.

Ao longo de todas estas transações obscuras ninguém se preocupava em consultar as populações interessadas. Estas farão ouvir suas vozes através da Resolução do Congresso Sírio de Damasco, a 2 de julho de 1919, do qual participam igualmente delegados palestinos e libaneses.

Se é verdade que os ingleses estimulam esta reunião, especulando sobre as vantagens que poderiam obter com o fortalecimento de seu aliado façal, ela exprime, todavia, as profundas aspirações populares à unidade nacional. Os participantes - entre os quais representantes dos judeus da região - se insurgem violentamente contra a balcanização da área e sublinhando expressamente o reconhecimento dos direitos de seus "compatriotas judeus" rejeitam firmemente as pretensões sionistas. Vãos protestos. Os Aliados chegam a um acordo acerca da partilha da região, e os limites territoriais da Palestina são fixados por uma comissão anglo-francesa em dezembro de 1920.

Nasce assim o Mandato Britânico sobre a Palestina, fruto das intrigas imperialistas. No entanto, um elemento essencial está ainda ausente deste quadro: a traição deliberada dos feudais árabes. No problema palestino, ela está simbolizada pelo acordo Faiçal-Weizman, concluído a 5 de janeiro de 1919, no qual "Sua Alteza Real - o emir Faiçal representando e agindo em nome do Reino Árabe de Hedjaz - se compromete a tomar todas as medidas (...) para garantir plenamente a execução da declaração Balfour". O encontro ocorreu nas proximidades de Akaba e foi o famoso Lawrence quem convenceu Faiçal a aderir. (...)

Sob numerosos aspectos o acordo Faiçal-Weizmann anuncia a cumplicidade entre os líderes sionistas e a dinastia hachemita - sobretudo o acordo Abdallah-Ben-Gurion que dividirá a Palestina entre Israel e a

Transjordânia.

Assim, as incessantes negociações de cúpula com as potências européias produzem finalmente seus frutos. A Inglaterra concede seu a poio ao movimento sionista. Imediatamente o sionismo se converte numa causa humanitária para o imperialismo britânico.

III - DO MOVIMENTO NACIONAL ÁRABE
I. O Movimento Nacional Árabe na Palestina
entre as duas Guerras Mundiais

N. Weinstock (1)

Ao contrário das correntes nacionalistas árabes dos países vizinhos (Síria, Egito, Iraque) a direção do movimento nacional árabe palestino permaneceu integralmente em mãos dos feudais. Esta singularidade resulta evidentemente da estrutura particular da sociedade árabe palestina. Se fizermos a abstração de algumas dezenas de milhares de pastores beduínos, afastados da vida palestina por sua condição semi-nômade, podemos dividir sumariamente a sociedade árabe em quatro classes sociais: A aristocracia fundiária e a elite intelectual que gravita em seu redor, os felás e a classe média urbana pouco diferenciada da qual se desprende um proletariado em vias de formação.

No topo da pirâmide social, caracterizada por uma estrutura rígida e tradicional, se encontra a camada dos effendis (elemento característico do Oriente Médio - o "notável das cidades", proprietário absenteísta cuja "função essencial é a de adiantar o crédito e que não se interessa em absoluto pela agricultura") Eles pertencem ao punhado de grandes famílias que retira suas rendas dos domínios cultivados pelos felás e da usura. A indiferença pelo que diz respeito à vida camponesa, suas atividades econômicas e seu papel parasitário aproximam, numa certa medida, os effendis da burguesia 'com radore' dos países coloniais (...). Em torno desta pequena aristocracia fundiária - que, diga-se de passagem - estivera associada aos círculos dirigentes do Império Otomano - gravita uma elite intelectual urbana que está estruturalmente inculcada a ela: advogados, médicos, arquitetos...

(...) Devido à estrutura feudal e particularista do campo onde os cheiks buscam a proteção dos poderosos clãs rivais, a aristocracia fundiária reina praticamente sozinha. Nenhuma força social do mundo árabe, durante todo o período de entre-guerras, estará capacitada a contrabalançá-la.

Na outra extremidade da pirâmide encontram-se os felás, que constituem a massa da população (70%) vivendo nas 850 aldeias árabes do país. Em 1936, o salário médio por cabeça do agricultor árabe é de sete libras palestinas contra 34 libras palestinas para o campones judeu. Considerada em sua totalidade, a sociedade muçulmana se encontra atomizada por um separatismo clânico, esta mentalidade feudal invade a política palestina. As bases recárias da burguesia, seus vínculos orgânicos com a feudalidade, a persistência das estruturas patriarcais asseguram à aristocracia fundiária a manutenção de sua predominância, mesmo após ter ela liquidado sua base social de poder ao promover a

venda de suas terras. (...)

Em 1941, a população árabe alcança 1.045.000 habitantes dos quais 125.000 cristãos.

O traço distintivo da economia palestina é a separação do país em duas economias, uma judaica e a outra árabe. A segregação econômica é tal que as relações econômicas entre judeus e árabes apresentam, segundo o Comitê especial das Nações Unidas, "em certa medida as características do comércio entre dois países distintos". (...) Este separatismo econômico pode ser resumido da seguinte maneira:

- excluindo-se um pequeno número de experts, não há trabalhadores judeus nas empresas árabes
- há consideráveis diferenças entre os níveis de salário dos operários árabes e judeus em ocupações similares, diferenças na amplitude dos investimentos e diferenças de produtividade e custo de mão de obra que só podem ser explicadas pela ausência de concorrência direta entre os dois grupos.
- a agricultura árabe se baseia fundamentalmente na produção de cereais e tende a uma economia de subsistência (...) A agricultura judaica, pelo contrário, é em grande parte de natureza intensiva e orientada para a venda. (...)

Entretanto, as repercussões do afluxo de capital à Palestina e da expansão econômica do país se fazem sentir sobre a economia árabe. (...)

Por outro lado, em período de conjuntura favorável e de imigração judaica maciça, a penúria de mão de obra e o ritmo intenso da construção civil favorecem o emprego dos operários árabes. (...)

Surge uma indústria árabe. Por volta de 1942, contm-se 8.804 assalariados neste setor e o capital investido é de 2.000.000 libras palestinas. (...)

Devido à estrutura arcaica da sociedade palestina e ao fracionamento da população agrária em uma multidão de aldeias isoladas, o movimento palestino é incapaz, durante a fase que nos interessa, de alcançar o nível das correntes similares dos países vizinhos e de constituir verdadeiros partidos políticos. Vemos assim uma situação absolutamente anacrônica de feudais reacionários se sobreporem à classe operária nascente, que

Durante os anos vinte, a vida política palestina pode ser sucintamente resumida pela luta de influência que opõe o clã dos Husseini

ni, que se apodera da função de Mufti, ao clã dos Nakhchibi que obtem a nomeação de seu líder para prefeito de Jerusalém.

Quando a questão da aquisição de terras pelas organizações sionistas na Palestina é abordada, esquece-se frequentemente de precisar que estas transações fundiárias explicam-se pelo interesse dos proprietários árabes em vender suas propriedades. Tais vendas dão origem a uma especulação fundiária das mais lucrativas. (...) As vendas a preço elevado, que fazem a fortuna da classe usurária e parasitária dos effendis, revelam-se desastrosas para os felás, expulsos das propriedades onde trava ham. (...)

Enquanto os dirigentes feudais multiplicavam publicamente as declarações incendiárias contra o sionismo, taxando toda a alienação do solo ancestral aos judeus de traição, secretamente, eles se enriqueciam promovendo precisamente as operações denunciadas tão ardentemente. Este procedimento lhes permite obter o apoio das massas atende também a outros objetivos. Sob a pressão nacionalista, os pequenos proprietários árabes já não ousam vender abertamente suas terras aos judeus. Durante a revolta de 1936-1939 os partidários dos Husseini chegaram a executar os "traidores". E, ao mesmo tempo um parente próximo do Mufti, dedicando-se justamente a atividades deste gênero, promove um comércio lucrativo, porém com diferenças significativas. Ele obrigava os pequenos árabes a vender suas terras a preço vil, revendendo-as em seguida aos judeus nas exorbitantes taxas habituais. (...) Em outros termos, a propaganda hiper-nacionalista tornou-se para os feudais uma indústria lucrativa. (...)

Abordemos agora o estudo do movimento palestino. É necessário situar esta corrente no despertar geral do mundo árabe, que ocorre no Oriente Próximo ao final da 1ª guerra mundial. Os motins de 1920 e de 1921 contra a população judaica aparecem a partir de então como o reflexo palestino da revolta egípcia, da insurreição iraquiana e da agitação nacional da Síria na mesma época.

Enfatizemos todavia uma defasagem notável: enquanto nos países vizinhos a luta é consciente e dirigida contra o colonialismo anglo-francês., o movimento anticolonialista palestino sofre uma deformação racista. A luta nacional se expressa sob a forma de motins antijudeus. Não se trata no entanto de excessos antisemitas,

tendo como fonte os elementos clássicos do problema judeu, mas trata-se sobretudo de uma expressão distorcida da consciência nacional. Tal desvio é bastante compreensível pois os dirigentes sionistas haviam se aliado abertamente aos britânicos, e estes últimos encorajam este subproduto da luta anti-imperialista. (...)

A partir de 1917 comitês mistos de muçulmanos e árabes cristãos organizam-se na Palestina para a difusão das reivindicações nacionais e para a oposição ao projeto de uma Palestina Judeu. Inicialmente estas associações constituem um ramo palestino do movimento para a Grande Síria. De 1920 em diante, eles se reagrupam em base unicamente palestina. Em dezembro, realiza-se em Haifa, o congresso de fundação do movimento árabe palestino propriamente dito. O Congresso designa um Executivo árabe que colaborará por algum tempo com as nações sírias.

Dispondo deste modo de uma rede de seções locais, o Congresso árabe palestino poderia ter-se tornado a emanção democrática da corrente nacionalista. Na realidade devido à estrutura feudal da sociedade árabe, ele degenera em refúgio do clã dos Husseini. O movimento durou até 1934. Notemos que a partir de 1920, os nacionalistas palestinos exigem a instalação de um governo nacional, responsável perante um conselho representativo da população árabe. Ao longo dos anos seguintes, os nacionalistas persistirão na exigência de uma constituição que conceda aos palestinos o controle de seus negócios e recusarão todo reconhecimento, mesmo implícito, do lar nacional judeu.

A primeira fase do movimento nacional palestino se caracteriza, como vimos, pelos motins anti-judeus. Porém o ódio legítimo das massas pelo sionismo desvia para um epifenômeno uma luta que, para ser conseguida, deveria ter visado o imperialismo britânico e seus aliados feudais que mantinham uma estrutura política favorável à realização dos objetivos sionistas.

Pior ainda, os excessos chauvinistas e racistas das massas árabes, sob a direção de reacionários fanáticos, projetam os trabalhos judeus nos braços de seus dirigentes sionistas. (...)

No período seguinte, que se inicia no decorrer dos anos 30, o movimento nacional palestino avança decididamente sobre o terreno político e afronta diretamente a presença britânica. Entretanto, a deformação estrutural da sociedade árabe consolida a dominação dos effendis no movimento, de modo que o nacionalismo palestino permanece antijudeu. É, aliás, significativo o fato de que os diversos par-

tidos árabes, que surgem entre 1932 e 1935, não sejam nada mais do que súcias semifeudais organizadas. Estes partidos não possuem uma estrutura deocrática nem oferecem um programa real. Cada uma destas formações políticas é na realidade o fundo de um dos grandes clãs feudais palestinos, e são utilizadas por eles como pontos de apoio em suas lutas intestinas. Assim o Partido Árabe Palestino é o apanágio dos Husseini, o Partido da Defesa Nacional, de tendências burguesas, o dos Hachachibi etc...

A mais poderosa destas facções é naturalmente a dos husseini. (...) A hegemonia dos Husseini no mundo político foi no entanto seriamente abalada pelo partido dos Hachachibi (aparentados ao clã Hachémita da Transjordânia) e as lutas entre estes dois clãs absorvem toda sua energia até 1936. São as duas únicas organizações que gozam de verdadeira audiência nacional. A emergência de novos partidos traduz os crescentes apetites de outros setores da aristocracia fundiária. Estas organizações em nada diferem quanto ao programa, que retoma geralmente as tradicionais exigências do Executivo árabe: abolição da declaração Balfour e do mandato, término da emigração, proibição de venda de terras aos judeus, proclamação imediata da Palestina como Estado Árabe independente. (...)

A revolta árabe de 1936-1939 marca o momento culminante do movimento. Depois de 1932, a imigração sionista adquirira uma envergadura sem precedentes. Este afluxo maciço semeia o pânico entre os intelectuais árabes que tomam consciência de que, a este ritmo, os árabes palestinos correm o risco de serem reduzidos, a curto prazo, a uma minoria em seu próprio país. (...) Mais ainda, a expansão econômica suscita uma penúria de mão de obra, o que implica numa maciça penetração de trabalhadores árabes no setor judeu. Nestas condições o pleno emprego embota as reivindicações nacionais.

Em 1935 a situação começa a se degradar. Após complicações internacionais, a alta da tarifa de frete e a diminuição de investimentos que se segue, a crise econômica atinge o país. (...)

A partir de então, a agitação nacionalista encontra na depressão econômica um estímulo. Lauer observa o surgimento de dois novos elementos no movimento nacionalista: uma burguesia radical embrionária e uma classe operária árabe, ainda fraca e pouco organizada.

Entre os sinais pronunciadores da insurreição, é necessário analisar com atenção particular os motins e a greve geral de o tu -

bro de 1933. Liderados pelo Mufti de Jerusalém, estes movimentos já não estão orientados, como anteriormente, contra os judeus, mas contra o Governo Mandatário. Após o fracasso do movimento, o sheik Az A-Din Al Kassen funda uma organização terrorista fanática (...) que prega a guerra santa contra judeus e árabes cristãos. Esta organização promove uma pequena guerrilha nas montanhas em 1935, mas não suscita reação alguma nas cidades. Seu dirigente é assassinado no decorrer deste mesmo ano. (...) Porém, os funerais do sheik revelam-se de um valor símbolo: "Seus funerais transformaram-se numa manifestação nacionalista impressionante. Contrariamente a suas próprias idéias, os muçulmanos possibilitaram a formação de uma liga que superou as diferenças de religião, de comunidade, de posição e classes sociais. No movimento original havia um elemento de "jacquerie - as guerras camponesas da Europa feudal, de caráter religioso e social, selvagens e desesperadas. Nas condições palestinas, a cerimônia tornou-se a base e o símbolo de uma frente que unia sem distinções os elementos de uma guerra tipo jacquerie aos diversos elementos nacionais e nacionalistas. "

(...) Em novembro de 1935, os dirigentes dos cinco partidos árabes formam uma frente única para negociar com as autoridades coloniais. A frente árabe formula tres exigências ao Alto Comissário Britânico: o término da imigração judaica, a proibição de venda de terras aos judeus e a promessa de substituição do regime mandatário por um governo designado pelos representantes da maioria da população (...) Porém este projeto é considerado inaceitável pelos dirigentes sionistas que rejeitam a priori a exigência da "maioria".

A revolta se inicia após o assassinato de dois judeus por bandidos árabes a 15 de abril de 1936. (...) A 20 de abril, os nacionalistas árabes (dehablus) constituem um comitê nacional que conchama o povo para uma greve geral árabe até que os britânicos aceitassem integralmente o programa nacionalista. A frente dos cinco partidos atende imediatamente ao apelo do comitê de Lablous. Os 6 partidos árabes constituem a 25 de abril de 1936 um Executivo permanente, o Alto comitê árabe, presidido pelo Mufti. Este Comitê declara que a greve geral tem por objetivo a aceitação por parte do governo dos tres pontos do programa nacionalista, e prosseguirá até que a imigração judaica seja interrompida.

A greve (...) dura seis meses. Nos países árabes vizinhos a opinião nacionalista árabe faz sua a causa dos palestinos, e comitês de apoio surgem na Síria Líbano, Iraque, Egito e Transjordânia: o sionismo age como poderoso estimulante do nacionalismo na

região.(...)

Gradualmente o movimento se transforma em rebelião.(...)

Ante a extensão da insurreição as autoridades britânicas iniciam uma repressão sistemática. Medidas draconianas são promulgadas a partir de 15 de abril - referendo-se sobretudo ao princípio da responsabilidade coletiva das aldeias e distritos árabes pelos atos de habitantes não identificados.(...)

No entanto, muito acertadamente, o Alto comissário se abstém de lançar uma ofensiva prematura contra as guerrilhas. Ele reforça a defesa judaica, duplicando o número de policiais judeus.(...) Com suprema habilidade, a Hagana não é reconhecida como força militar. Os ingleses tratam desta maneira de perpetuar suas manobras de divisão.(...)

A greve e o boicote custam caro à burguesia, aos desempregados e aos felás. Nestas condições, a intervenção dos soberanos árabes (agindo sob pressão britânica) possibilita seu término sem o prejuízo da imagem do governo mandatário. Sob ordens de Londres, o comando militar inglês permite que os bandos estrangeiros deixem o país. A resistência organizada termina e os combatentes retornam a suas aldeias. (...)

Por volta de julho de 1937, a revolta renasce, o Governo reage multiplicando as prisões. (...) A guerrilha novamente se desenvolve, porém desta vez sob a direção exclusiva dos Husseini que a utilizam para aterrorizar seus rivais.(...)

A partir de outubro os britânicos assumem o controle da situação. A ofensiva conduzida por 17 batalhões de infantaria é acompanhada de enforcamentos de adeptos aprisionados, de castigos coletivos infligidos aos felás, da destruição maciça de habitações, da prisão de cerca de 2.500 árabes e do bombardeio aéreo das aldeias insurretas. Esta repressão sanguinária dissolve a rebelião, já enfraquecida pelas dissensões internas e pela miséria dos aldeões. O desemprego, as destruições, a guerrilha e o boicote recíproco árabe e judeu infligem inevitavelmente graves danos à economia árabe (...).

De saída a sublevação de 1936 foi uma aliança de grandes proprietários, classes médias e intelectuais, sustentada por uma parte da classe operária, por orientação pelas concepções religiosas e feudais dos effendis. A direção feudal e burguesa do movimento levou-o ao fracasso. A causa palestina foi traída pelo armistício de 1936, os felás em luta foram abandonados pelas classes médias

urbanas. (...)

Após a desfeita e o esgotamento das massas, os partidos árabes se decompõem. A vida política árabe novamente se caracteriza pelo enfrentamento contínuo dos clãs Husseini e Kachachibi, rivalidade que toma em 1939 o caráter de uma vendetta sangrenta. Mais do que nunca, a dominação feudal é incontestável. Aproveitando o exílio dos principais chefes Husseini e a publicação do Livro Branco (1939) o clã Kachachibi, que obtivera a autorização de constituir unidades de auto-defesa contra os Husseini, esforça-se por alcançar a liderança do movimento nacional e associar a opinião árabe à Inglaterra.

A medida em que o Mufti consegue colocar sob seu controle o movimento nacional, ele insufla na imprensa e em sua propaganda um conteúdo nitidamente antisemita, diretamente inspirado pela Alemanha hitlerista.

Em decorrência da agitação popular em favor da Palestina nos países árabes e de sua deformação chauvinista, as minorias judaicas no Oriente Próximo, totalmente alheias ao sionismo, são identificadas à colonização judaica, tornando-se alvo de manifestações hostis. No Egito, entretanto, os nacionalistas intervieram em defesa de seus compatriotas judeus.

(1)- in "Le Sionisme contre Israel", Francois Maspéro, Paris, 1969.

2.0 Livro Branco de 1939 e a Segunda Guerra Mundial

Nathan Einstein (1)

O ano de 1939 é um marco que sela o final de uma época. A partir de então, o conflito de interesses latente entre o sionismo e a Grã Bretanha torna-se evidente. No entanto, os árabes palestinos parecem estranhamente ausentes do cenário político, seu movimento fora dissolvido pelo fracasso da insurreição de 1929 e pela fuga de suas elites, ao passo que seus dirigentes se comprometiam com o Eixo.

Ao longo dos anos de guerra, os EUA impõem-se subitamente como sucessores do Império Britânico decadente. Enfim, a luta do I - shuv contra a dominação inglesa desponta como a afirmação da personalidade nacional hebraica em vias de formação.

Entretanto, em 1939, estas modificações no cenário político não se expressam ainda em toda sua clareza. Além disso, a eclosão da guerra mundial desordena as peças do jogo, obrigando britânicos e sionistas a reforçarem sua tradicional aliança. Porém, tanto de uma parte quanto de outra, os dirigentes não se iludem: este interregno não está destinado a durar. (...)

As linhas mestras do Livro Branco de 1939 atendem à maioria das reivindicações árabes. Uma série de disposições restritivas reserva à Inglaterra o seu habitual papel de árbitro. A independência do país, prevista para um prazo de dez anos, está subordinada, em termos obscuros, à aceitação, por parte do I - shuv, do princípio democrático da maioria. A imigração é limitada a 75.000 pessoas para os cinco anos seguintes, de tal modo que a comunidade judaica possa atingir, segundo as previsões demográficas, 1/3 da população palestina. Após este período transitório, a imigração judaica seria submetida à aprovação da maioria árabe.

Em fevereiro de 1940, a legislação sobre as transações fundiárias vem completar a reviravolta política britânica. Ela subdivide a Palestina em três regiões, as áreas A, B e C. Na primeira, que compreende 63,4% da superfície do país, toda transferência de terras árabes a judeus é proibida. Na segunda, que recobre 31,6% do território, estas operações fundiárias estão sujeitas à aprovação governamental. A área costeira e a periferia de Jerusalém constituem a região C, ou seja, aproximadamente 5% do solo palestino, onde a transferência de bens fundiários à população judaica é livre. Na realidade, esta região já es á totalmente colonizada pelos imigrantes sionistas, de forma que esta cláusula não tem nenhum alcance prático. (...)

Após a ocupação nazista da Áustria e da Tchecoslováquia, o sionismo sofre seu mais forte golpe. No horizonte vislumbra-se a conquista da Polónia. Neste último país, uma comunidade judaica de 3.300.000 almas está ameaçada de morte. Perigo iminente, que afeta pessoalmente os judeus palestinos: 40% dos imigrantes vindos após 1918 são originários da Polónia, aonde deixaram parentes. Que fazer diante da catástrofe iminente? (...) Todas as portas se fecham aos refugiados judeus, salvo, algumas vezes, a uma minoria privilegiada.

Em 1943, por exemplo, no momento em que o extermínio do judaísmo europeu alcançava seu apogeu, apenas 4.705 judeus são autorizados a emigrar para os EUA. (...) Apenas a comunidade judaica da Palestina proclama publicamente sua vontade de acolher as dezenas de milhares refugiados do inferno nazista, e eis que a Grã Bretanha se opõe. (...)

Nada de surpreendente no fato do Ishuv se esforçar por organizar, através de todos os meios possíveis, a transferência dos judeus europeus para a Palestina. (...)

A partir de 1938 a imigração ilegal (chamada Aliá B) adquire um ritmo intenso (16.000 refugiados judeus penetram clandestinamente na Palestina neste ano e no ano seguinte) O transporte e moradia são organizados metodicamente pela Hagana e Histadrout. (...)

Aos olhos do Ishuv, o Livro Branco aperfeiçoa a obra dos carrascos nazistas. (...)

Se a segunda guerra mundial não houvesse eclodido neste momento, provavelmente nós teríamos assistido, a partir de 1939, à revolta do Ishuv contra os britânicos. A abertura das hostilidades excluiu tal possibilidade. Na guerra que opõe o imperialismo britânico à Alemanha nazista é lícito aos nacionalistas árabes a busca de uma aliança com o Eixo. Semelhante orientação é evidentemente inconcebível por parte dos judeus palestinos. A partir de então, os dirigentes sionistas, deixando de lado suas divergências com a Grã Bretanha esboçam um aproximação com as autoridades. (...)

Unidades da Hagana são treinadas pelos britânicos e empreendem missões contra o regime de Vichy na Síria. (...) No entanto uma fração da organização militar recusa-se a ver na potência colonial um aliado e, denunciando a colusão com os britânicos, provoca um cisão no seio desta.

Sob o comando de Abraham Stern, a minoria prossegue o combate contra a Inglaterra, exigindo uma luta impiedosa contra o imperialismo britânico e rompendo, conseqüentemente, todos os laços com o

partido revisionista.(...) Contrariamente à Hagana- financiada pela Agência Judaica, e ao Irgun - sustentado pelos judeus palestinos e judeus americanos, o Grupo Stern não possui recursos financeiros. Privados do apoio da população, perseguidos pelo Criminal Investigation Department e pelos dirigentes sionistas, numerosos membros da organização são detidos.(...) O grupo cessa provisoriamente de existir para em seguida se reorganizar sobre outras bases .(...)

Ao final de 1942, cerca de 43.000 judeus palestinos prestam serviços militares como voluntários. Na prática estas forças são controladas politicamente pela Hagana cujas tropas deste modo beneficiam-se de uma formação militar que se revelará preciosa.(...)

Londres retarda ao máximo a constituição, no seio das forças aliadas, de uma unidade militar judaica palestina exigida pelo Ishuv , ansioso em combater os nazistas sob sua própria bandeira. Seu desejo é enfim satisfeito em 1944 com a formação de uma brigada judaica palestina, que ostenta o estandarte sionista. (...)

Uma nova partilha de interesses se delineia no Oriente Médio, A importância estratégica da região, que protege o Canal do Suez e a rota das Índias, ponto de interseção entre a Europa, África e Ásia, não seria subestimada. O volume de investimentos de capitais nesta parte do mundo, particularmente no Egito, demonstra o interesse que o imperialismo tem no Oriente Próximo, que representa, além do mais, um considerável mercado. Porém, com certeza, o mundo árabe é sobretudo um prodigioso reservatório de matérias primas, e principalmente de petróleo. Tais riquezas, que excitaram a cobiça das grandes potências desde o início do século XX, adquiriram, durante a segunda guerra, uma enorme importância. A multiplicação das descobertas de lençóis petrolíferos no entre-guerras confere ao Oriente Próximo um papel de crescente importância na produção mundial de hidrocarburetos. (...)

A produção diária dos poços alcança 5.143 barris no Oriente Médio, contra 200 na Venezuela e 11 nos EUA. Devido ao pequeno montante de capital fixo necessário, às vantajosas condições de produção, ao baixo nível de vida da mão de obra, ao mono-óleo do transporte de gasolina e de aprovisionamento no mercado mundial, as grandes Companhias petrolíferas ditam sua vontade e suas condições, embolsando lucros fabulosos. (...)

Ao longo da guerra os EUA multiplicam as bases militares, os campos de aviação e depósitos, devido à importância estratégica da re-

gião. A Administração Roosevelt sustenta abertamente os interesses da Arabian American Oil Cia. (...)

Os dirigentes políticos não tardam a perceber tudo isto e preparam-se para uma mudança de protetor. "De minha parte, eu já não duvidava de que o centro de gravidade de nosso trabalho político se havia deslocado da Grã Bretanha para a América, que garantira para si o primeiro lugar do mundo como grande potência e aonde se haviam reunido os mais numerosos e influentes da Diáspora" afirmava Ben Gurion. Solicitado tanto pelos árabes quanto pelos sionistas, Roosevelt segue uma política prudente, que lembra a da Grã Bretanha no decorrer da 1ª guerra mundial: ele assegura aos primeiros que o estatuto da Palestina não será alterado "sem consulta prévia tanto aos árabes quanto aos judeus" e aos segundos que "justiça total será concedida àqueles que aspiram a um lar nacional judeu".(...)

Novos fatores econômicos e políticos, resultantes da guerra, vão abalar a situação do Ishuv. Antes da guerra a economia palestina era dominada pela economia metropolitana britânica. O desenvolvimento da Indústria Leve local estava particularmente entravado pela importação de bens de consumo oriundos da Grã Bretanha.

Para a Palestina a guerra é o marco de uma expansão sem precedentes. O país transforma-se numa importante base britânica, o que gera uma atividade econômica considerável.(...) A Inglaterra estimula o desenvolvimento da produção local após a interrupção das trocas comerciais tradicionais.(...) Os serviços públicos e militares absorvem milhares de trabalhadores, suprimindo radicalmente o desemprego árabe.

É, no entanto, o setor econômico judeu, dotado de uma organização moderna e dispendo de importantes reservas de mão de obra qualificada, quem mais se beneficia com a expansão. O montante de capital judeu eleva-se, grandes quantidades de equipamento industrial são importadas, etc...(.)

Quando a guerra terminou, o crescimento industrial decresceu bruscanente e as importações provenientes da Grã Bretanha ameaçaram novamente a indústria local: agora, porém, o crescimento ocorrido durante a guerra havia transformado o setor judeu da economia em uma força com a qual era preciso contar. Este não desejava retornar à dominação britânica anterior à guerra, e no momento, um setor muito mais importante da população judaica tinha interesse em manter a expansão industrial. Esta nova situação deu o impulso econômico às exigências de independência política da comunidade judaica após a guerra. Contrariamente aos árabes, a comunidade judaica nunca havia formulado exigênci

as semelhantes antes da segunda guerra mundial porque era evidente que uma Palestina independente seria árabe. A nova dominação judaica da economia foi um dos principais fatores que levou a uma alteração política. (...)

O boom econômico dota o judaísmo palestino de um substrato econômico. Com sua indústria, sua agricultura, sua língua, suas instituições sociais e culturais, sua milícia e seu quase-governo, o Ishuv possui a partir de então evidentes características nacionais e estas. (...)

Daí em diante, a tutela britânica tornou-se um jugo: a comunidade hebraica da Palestina entra em conflito com seu antigo protetor. Esta tomada de consciência nacional está na base da reviravolta política sionista.

Presentindo o crescente papel dos EUA no Oriente Próximo, a organização sionista forma em abril de 1941 o American Palestine Committee. (...) Em maio de 1942, no hotel novaiorquino de Biltmore, ao longo de uma conferência política extraordinária, que reúne delegados sionistas europeus e representantes do Ishuv, os sionistas americanos adotam uma nova plataforma política. (...) Este programa dito "de Biltmore" exige uma imigração judaica ilimitada à Palestina sob o controle da Agência Judaica, o estabelecimento de um Estado Judeu sobre toda a superfície do país e a criação de um exército judeu. (...)

(...) Os sionistas abandonam toda e qualquer pretensão de trabalhar para uma aproximação árabe-judaica (...) Esta redefinição dos objetivos do movimento sionista para uma viva oposição na esquerda do partido social-democrata sionista. (...) No entanto, na realidade, a esquerda sionista não oferece nenhuma alternativa real. A Liga judeu-árabe para a aproximação e cooperação que reúne ao lado de algumas figuras marcantes do mundo sionista o Poalé-Sion e o Hachomer - Hatzair, se pronuncia por um Estado bi-nacional, no seio do qual a comunidade judaica poderia crescer indefinidamente até chegar a constituir a maioria. (...) Em última análise todos os sionistas se reúnem para exigir que a Palestina se torne um Estado Judeu, ou ao menos de maioria judaica; apenas a esquerda sionista deseja adiar o acontecimento até o momento em que a população judaica se torne majoritária.

A partir de 1943, a Grã Bretanha tenta reassumir o controle da situação. Seu principal objetivo é o de afastar a ameaça em potencial que as milícias do Ishuv fazem pairar sobre ela. (...)

Encorajado pela mentalidade combativa do Ishuv, o grupo Stern retoma suas atividades em 1943. Mas, sob vários pontos de vista, esta organização sofreu uma modificação fundamental. Ela não recruta mais unicamente seus adeptos entre os revisionistas nas igualmente na esquerda sionista. (...) A organização de tipo militarista é abandonada e o grupo adota a estrutura de uma sociedade secreta. (...) Na prática, seus membros atiram em qualquer soldado ou policial britânico a vista. O Lekhi (novo nome do grupo) , que conten cerca de 300 membros em 1944, se proclama a vanguarda do exército judeu clandestino e declara guerra à ocupação britânica. (...)

Não recuando ante nenhuma audácia , os terroristas tentam por d as vezes assassinar o Alto-Comissário britânico. Eles fracassam. Porém, a 6 de novembro de 1944, dois membros do grupo matam no Cairo o ministro residente britânico -Lord Moyne. (...) No decorrer do processo que se desenrola no Cairo, Bet-Zouri (um dos terroristas) faz a seguinte declaração : "É errôneo supor que nós representamos o sionismo. Na realidade nós representamos e somos os verdadeiros proprietários da Palestina e enquanto tal estamos engajados numa luta para libertar nosso país da dominação estrangeira". Estas palavras corajosas e sobretudo o conteúdo palestino que os dois acusados dão a seu ato lhes vale o apoio dos estudantes egípcios, em luta contra o colonialismo britânico. Eles demonstram que uma aliança anti-imperialista judeu-árabe no Oriente Próximo é possível desde que os judeus palestinos se emancipem da ideologia sionista - lição que vale a pena ser retida. (...)

O assassinato de Lorde Moyne dissolve temporariamente a aliança entre os dirigentes sionistas e a potência colonial.

A colaboração aberta do Mufti com o Eixo desnoraliza o Nacionalismo árabe e seus adeptos (...) Entretanto os Britânicos esforçam-se por atrair os Husseini e a pessoa do Mufti. Diante da força crescente da luta de libertação árabe, eles decidem desempenhar o papel de campeões da unidade árabe renovada a fim de canalizar o movimento em favor de seus interesses. O livro Branco e a Criação da Liga Árabe inscreveu-se ambos no contexto desta reorientação da política inglesa. (...)

Porém o nacionalismo árabe palestino só se recupera de suas desfeitas a custa de grandes esforços. (...) Em contrapartida, é precisamente ao longo da segunda guerra mundial que se situa o nascimento tardio do movimento operário árabe. A prodigiosa expansão eco

nômica estimulada pelo Colonial Office no quadro do estímulo dado ao esforço de guerra, beneficia igualmente o setor árabe e cria uma procura de mão de obra sem precedentes. (...) O prolongamento sindical árabe da Histadrout, que havia praticamente desaparecido ressuscita em 1943 para fazer frente ao sindicalismo nacionalista. (...)

Ao final da segunda guerra mundial o problema palestino se apresenta sob um novo aspecto. A consciência mundial está abalada pela revelação da amplitude do genocídio perpetrado pelos nazistas : 6.000.000 de judeus europeus. E quantos órfãos, refugiados, vidas destruídas pelo sofrimento e pela tortura?

Em 1945, 90.000 sobreviventes de campos de extermínio são albergados em acampamentos de refugiados na Alemanha e na Áustria. Seu número cresce sem cessar com a chegada de judeus poloneses, vindos de cidades destruídas, expulsos pelos pogroms desencadeados no país em 1945 e 1946. Há nada menos que 450.000 refugiados judeus em 1947 entre os quais milhares de candidatos à emigração ilegal para a Palestina, detidos pelas autoridades britânicas na ilha de Chipre. As Grandes potências que permaneceram indiferentes e passivas ante o holocausto nazista, que se mostraram surdas aos apelos das vítimas dos fornos crematórios, persistem em recusar aos sobreviventes do genocídio o acesso a seu território. Os que escapam dos campos da morte não verão abrir-se para eles as portas dos países de imigração. De 1945 a 1948, 25.000 judeus apenas são autorizados a se instalar nos EUA.

É esta situação dramática que se deve ter em mente quando se considera a evolução ulterior da questão palestina. Como todos os refúgios lhes estão interditados e uma vez que nenhum país aceita abrigá-las, as "pessoas deslocadas" (que delicado eufemismo) apagam-se a uma última esperança : instalar-se na Palestina (...). Noventa meses haviam passado desde o dia da vitória, e os libertadores britânicos e americanos não haviam feito um único gesto para aceitá-los em seu próprio país. Eles haviam-nos reunido em centros na Alemanha, tinham-nos vestido e alimentado e aparentemente acreditavam, uma vez isto feito, terem cumprido seus deveres cristãos (...). Os judeus sabiam que as democracias ocidentais não estavam interessadas neles, conheciam o plano de Atlee segundo o qual deviam colaborar na reconstrução de seus países. Isto soava a seus ouvidos como uma odiosa hipocrisia. Eles não eram mais poloneses, e sim como Hitler lhes havia ensinado, membros da nação judaica, despreza-

dos e rejeitado pela "Europa Civilizada". Eles sabiam que, longe de onde estavam, na Palestina, havia uma lar nacional, ansioso por acolhê-los, dando-lhes uma chance de refazer suas vidas como Hebreus em seu próprio país. (...)

O Sionismo que sempre se alimentara do antissemitismo tornou-se uma tendência política majoritária, mesmo entre os judeus que não tinham nenhuma intenção de emigrar para a Palestina. Mais importante ainda é o fato de que as potências mundiais começaram a considerar o sionismo como representante de todo o povo judeu.

A guerra deixara um grande número de refugiados judeus na Europa dos quais muitos, encorajados pelos sionistas, desejavam imigrar para a Palestina. Os árabes palestinos, que não desejavam tornar-se minoria em seu próprio país, pressionavam o Governo britânico para que ele interrompesse a emigração judaica. Os sionistas começaram a organizar a imigração clandestina em larga escala. Os britânicos tentaram impedir, não apenas por causa da pressão árabe, mas também porque se inquietavam com as crescentes correntes palestinas judaicas em favor da independência. A opinião mundial, especialmente na Europa e nos EUA, vacilava ainda sob o impacto da descoberta da enormidade dos crimes de guerra nazistas, e simpatizava inevitavelmente com os refugiados. A atmosfera política resultante era hostil ao governo britânico e ao nacionalismo árabe. Esta atmosfera persiste hoje, e é um dos maiores triunfos do Sionismo. (...)

O movimento sionista, que consolidou brilhantemente sua posição na opinião mundial, graças à instalação de grupos de pressão influentes, sobretudo nos EUA, amplia ao mesmo tempo sua base na Palestina. Apesar do Livro Branco e das restrições da legislação fundiária de 1940, as compras prosseguem. (...)

A conferência sionista mundial de 1945 exige " que uma decisão imediata seja tomada para fazer da Palestina um Estado Judeu " e que " à Agência Judaica seja conferida toda autoridade necessária para transferir à Palestina tantos judeus quanto ela julgue necessário".

(1)- in "Le Sionisme contre Israel", François Laspero, Paris, 1969.